SENADO FEDERAL
SENADOR PAULO PAIM
PT/RS

Videoaudiência

Previdência Pública na Visão dos Trabalhadores e dos Aposentados

BRASÍLIA – 2005

Apresentação

Como presidente da Subcomissão do Trabalho e Previdência, o Senador Paulo Paim, em parceria com o Instituto Legislativo Brasileiro (INTERLEGIS), realizou, no dia 14 de abril de 2005, uma videoaudiência sobre o tema "Previdência Pública na Visão dos Trabalhadores e dos Aposentados".

Participaram da Mesa, além do Senador Paulo Paim, o Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COBAP), João Lima Resende; o Presidente do Movimento dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (MOSAP), Edison Haubert; e o Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência (ANFIP), Marcelo Oliveira.

O evento coincidiu com a Marcha que as entidades que representam os idosos e os aposentados fizeram a Brasília. A principal reivindicação: a aprovação do PLS nº 58/2003 – de autoria do Senador Paulo Paim –, que prevê a atualização dos valores das aposentadorias e pensões pagas pela Previdência.

Paim abre primeira videoaudiência sobre previdência pública

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – (...) Sabemos que os vencimentos dos aposentados e dos pensionistas são preocupações de todos que estão aqui conosco. Acreditamos que uma das maiores dúvidas é em relação aos benefícios dos aposentados e pensionistas que ao longo de suas vidas pagaram e não estão recebendo o mesmo reajuste concedido ao salário mínimo.

Apenas como exemplo, são milhões de pessoas que pagaram sobre cinco salários e que estão ganhando sobre três; pagaram sobre três e estão ganhando sobre dois; pagaram sobre dois e estão ganhando sobre um. E a perspectiva – a continuar essa política equivocada dos governos, daria para dizer nas duas últimas décadas até – é de que, em muito menos de dez anos, todo aposentado brasileiro estará ganhando somente um salário mínimo.

(...) Cumprimento a nossa Mesa – o Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COBAP), Senhor João Lima; o Presidente do Movimento dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (MOSAP), companheiro Edison Guilherme; e o Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social (ANFIP), Senhor Marcelo Oliveira.

Agradecemos e cumprimentamos a participação nesta videoconferência dos seguintes Estados – Acre; Amazonas; Amapá; Bahia; Ceará; Espírito Santo; Minas Gerais; Mato Grosso do Sul; Mato Grosso; Pará; Paraíba; Pernambuco; Piauí; Paraná; Rio de Janeiro; Rio Grande do Norte; Rondônia; Rio Grande do Sul; Sergipe; São Paulo e Tocantins. Convidamos para abrir esta videoconferência o Vice-Presidente da Cobap, Sr. João Lima Resende.

O Sr. João Lima Resende – Agradeço esta convocação ao Senador Paulo Paim e me dirijo também a todas as assembléias do País. Nessa luta da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, criada este ano, nós estamos comemorando os 20 anos da Confederação Brasileira de Aposentados.

Hoje é um dia muito feliz para o segmento da Confederação Brasileira. Há 12 anos tentamos uma audiência com o Presidente da República para levar à Presidência os verdadeiros números da seguridade social. Hoje fomos recebidos pelo Presidente em exercício José Alencar. Entreguei esse documento baseado nas informações dos auditores fiscais e nessa grande entidade, a Anfip, juntamente com o companheiro Edison, do Mosap, que tem uma abrangência no País inteiro. Então, a Confederação hoje se sente orgulhosa e feliz por esse marco.

Por que digo que estamos felizes, Senador? Porque inclusive até a própria mídia nunca acreditou nas informações dadas pela Cobap. Hoje eu digo que me sinto feliz por isso, pois as televisões e as rádios estão mostrando quando somos recebidos pelo Ministro da Previdência Social, o Presidente da República e também o Presidente da Câmara. Estamos levando e vamos mostrar. É este o grande enfoque: que a sociedade brasileira tome conhecimento da verdade do que é a seguridade social, dos recursos que tem e daquilo que é gasto com os aposentados.

Não agüentamos mais ver, nos jornais e nas televisões, secretários de ministros e autoridades jogarem para a imprensa que há um rombo na Previdência Social, quando isso não é verdade. Bastaria, sempre digo isso e disse para o próprio secretário junto ao Ministro, que ele fizesse uma observação – quando falasse nes-

se déficit do INSS de R$32 bilhões – de que a assistência social está sendo paga pela Previdência Social. Então se diria que não há contribuição para muitos dos trabalhadores rurais, deficientes físicos e os idosos. Lutamos para que tivessem direito a um salário mínimo. Foi luta nossa também. Agora, estamos lutando pelas donas-de-casa, para que elas tenham, mesmo sem contribuição, um salário mínimo.

A Confederação acompanhou, juntamente com a Anfip, todos os números da Seguridade Social. Como falou o Senador, nesses últimos cinco anos, temos os dados da apuração. Então, há R$165.340 bilhões de sobra da seguridade social, de todos os governos, não somente deste. Até que o Presidente Lula diminuiu um pouco esse desvio, mas sempre há o desvio para outros fins. Como? Enviam projetos para a Câmara e para o Senado mandando dinheiro para o Palácio do Planalto. Todos os órgãos do Governo receberam – a Anfip e a Fundação têm essa relação – dos números das leis. É isso o que queremos levar a toda a sociedade, a fim de que qualquer secretário de ministro ou funcionário de uma repartição do Governo se sinta envergonhado de saber que está mentindo, dando uma informação errada. Na seguridade social, no contexto da saúde, previdência e assistência social não existe déficit, ao contrário, tem-se superávit.

Agora, o que queremos? Não estamos pedindo privilégios, mas pagamos. Muitos, como eu e outros, pagamos sobre 20 salários, sobre 15 ou 10 e hoje estamos com essa defasagem de 47,64%. Por exemplo, no Pará, temos diversas entidades, inclusive uma federação, comandada pelo Emir. De modo que é uma satisfação imensa interagir com o pessoal do Pará. Aliás, estamos em todo o País. Em alguns estados, estamos com associações, mas estamos já com dezenove federações. Acredito que, até o final do ano, vamos fechar todo o País com mais de 1.200 entidades.

Então, a ação da Confederação é justamente fazer com a sociedade tome conhecimento dos verdadeiros nomes da seguridade social, até para evitar que o Ministro da Previdência ou quem quer que seja diga que não há recursos para dar o aumento aos aposentados.

E não queremos privilégios; nunca pedimos privilégios. A Confederação sempre trabalhou nesse sentido, nunca pedindo cargo ou subsídio ao Governo. Queremos apenas que se faça justiça com aqueles que pagaram sobre 20, sobre 10, sobre 15 salários.

Qual é a nossa luta agora? É justamente resgatar o art. 58 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, onde conseguimos que fosse garantida a mesma quantidade de salários mínimos da época da aposentadoria.

O que vem acontecendo? Todos se lembram dos 147%. Foi uma batalha muito grande, mas nós conseguimos o resgate desses valores. De 1992 para cá, estamos com 47,64% em relação à isonomia com o salário mínimo. Agora, de imediato, para que a própria sociedade tome conhecimento, já entregamos aos 513 deputados e aos 81 senadores, bem como ao Presidente da Câmara dos Deputados, ao Ministro da Previdência Social e, agora, ao Presidente da República, todos esses dados e esses números para serem discutidos.

Queremos sentar e conversar com o Governo, para evitar que aconteça o que está acontecendo hoje, quando o Governo diz que não tem recursos para pagar a decisão judicial, como foi o caso do IRSM, de 1994 a 1997, e também agora a outra decisão, de 1977 a 1988, que trata da ORTN e da OTN.

"Para isso vamos apoiar também o PLS nº 58, que já se encontra no Senado, de autoria do Senador Paulo Paim. Acredito que, dentro de poucos dias, alcançaremos um milhão de assinaturas em todo o País."

Então, para isso, a Confederação, junto com as suas entidades, quer dialogar com o Governo, sentar, discutir e mostrar a verdade, provando que existem os recursos para dar, não o aumento, mas a reposição das nossas perdas e da inflação do período. Ou seja: da mesma maneira que encontramos aqueles 147%, queremos também que sejam resgatados esses valores.

Para isso vamos apoiar também o PLS nº 58, que já se encontra no Senado, de autoria do Senador Paulo Paim. Já conseguimos, até agora, 400 mil assinaturas, afora aquelas que todos os estados ainda estão colhendo. Acredito que, dentro de poucos dias, alcançaremos um milhão de assinaturas em todo o País. Já temos o apoio da própria Igreja nesse sentido e de muitas organizações. E elas estão pedindo, inclusive aos estudantes, para que todos ajudem a atingirmos um milhão de assinaturas.

Quero que tomem conhecimento também de que me manifestei agora, na Comissão da Câmara – e vamos preparar esses documentos –, para que eles ajudem nesse Projeto nº 58, bem como no projeto do aumento do salário mínimo.

Senador Paulo Paim, agradeço muito a V. Exª e fico feliz porque, nesses últimos doze anos, nenhum presidente da República havia recebido a Confederação, apesar de ser única e com essa vasta quantidade de afiliados. Dessa forma, hoje é um dia histórico que marca na memória de todos os aposentados que um presidente da República teve a sensibilidade de receber aqueles que nunca pediram privilégio algum, mas apenas que se fizesse justiça.

Muito obrigado a todos.

Aposentados e pensionistas de todo Brasil acompanham a videoaudiência

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agradecemos ao Presidente da Cobap, João Lima, e, naturalmente, ao Presidente em exercício, José Alencar, que, uma vez comunicado que estariam em Brasília cerca de 5.000 idosos, de pronto abriu a sua agenda, atendendo a essa solicitação que fiz, como senador, em nome da Cobap, autorizado pelo Dr. João Lima.

S. Exª me dizia, inclusive, que conversava recentemente com o Presidente Lula, como disse na audiência, sobre o fato de que há uma preocupação. Soubemos também hoje que o Presidente Lula estaria muito emocionado nessa sua visita à África. Acho importante Sua Excelência estar interagindo com o mundo, aproximando os países do chamado "Terceiro Mundo".

E a preocupação que o Presidente em exercício, José Alencar, demonstrou ao Dr. João Lima é no sentido de que há uma sensibilidade por parte do Presidente Lula. Dizíamos, agora mesmo, numa conversa com Dr. João Lima e com os membros da Mesa, que esperamos efetivamente que essa sensibilidade demonstrada, tanto na África como aqui, pelo Presidente em exercício José Alencar, represente a aprovação do Projeto nº 58 e, de imediato, ainda que

seja por força de MP. Não se trata de aprovar ou não somente o projeto do Senador Paulo Paim. Se acharem que o Projeto nº 58 tem de ter urgência, vamos aprovar, via MP, o mesmo percentual de reajuste aos aposentados e pensionistas.

Deixo aqui mais uma reivindicação – que seja aprovado ainda este ano o Estatuto da Igualdade Racial. Assim o povo negro será realmente homenageado.

O Sr. Edison Guilherme Haubert (Presidente do Movimento dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas – MOSAP) – Boa-tarde a todos.

Antes de tudo, em nome de todos os aposentados do serviço público brasileiro, queremos agradecer imensamente ao Senador Paulo Paim que, por meio do seu trabalho aqui no Senado Federal, por essas ações de videoconferência e videoaudiência, muito tem contribuído para o debate das grandes questões que envolvem a todos nós, não só servidores públicos, como também todos os aposentados brasileiros. Portanto, reafirmo nosso agradecimento penhorado ao Senador Paulo Paim.

"(...) O Projeto nº 58 tem de ter urgência, vamos aprovar, via MP, o mesmo percentual de reajuste aos aposentados e pensionistas."

Quero agradecer também e cumprimentar o Dr. João Lima, Presidente da Cobap, que vem também desempenhando um papel extraordinário na luta para fazer com que a Previdência Social pública brasileira realmente possa alcançar a quem deve e possa atingir os objetivos pelos quais foi criada. Parabéns, então, ao Dr. João Lima, parabéns também aos seus liderados pela presença maciça, aqui em Brasília, e tenho a certeza também, nos estados brasileiros.

Quero também parabenizar e agradecer a presença aqui do Dr. Marcelo de Oliveira, Presidente da Anfip, uma das entidades mais qualificadas nos estudos de encaminhamentos e apontamentos de soluções para a Previdência Social pública brasileira. Os nossos penhorados agradecimentos a ele e a sua

instituição que sempre tem nos ajudado a nós, servidores públicos, como também a todos os aposentados do regime geral. O nosso agradecimento penhorado.

Não poderia deixar também de agradecer, neste momento, a presença sempre ilustre e forte da nossa querida Josepha Britto, Secretária da Frente Parlamentar em Defesa da Previdência Pública e que muito tem nos ajudado, com a sua humildade, com o seu trabalho silencioso. Ela, que é paulista – e eu diria que faz um trabalho de mineiro –, tem conseguido muita coisa e nos auxiliado muito. Portanto, também a ela, em nome do Mosap, dos aposentados do serviço público, nossos agradecimentos e a certeza de que ainda continuaremos contando com a sua inestimável presença e serviço, assim como contamos com o Dr. Marcelo de Oliveira, da Anfip, cujos ensinamentos e informações gostaríamos sempre de continuar recebendo.

Alcançar os direitos, superar as dificuldades com propostas práticas

Com relação à Cobap, voltamos a usar o termo que foi usado na CCJ: solidariedade. Nem sempre o termo solidariedade foi exatamente usado como gostaríamos, mas, neste caso, devo ressaltar que a solidariedade de todos os liderados, de todos os companheiros, do Dr. João Lima, têm se mostrado extraordinariamente eficazes, o que nos deixa cheios de ânimo.

Quero também parabenizar as assembléias estaduais e todas as pessoas que lá estão presentes. Temos a certeza de que interagindo, nós aqui de Brasília e o pessoal todo aí nos estados, teremos condições de fazer com que nossos problemas, nossos direitos e nossas dificuldades também possam ser claramente debatidas, profundamente debatidas e, sem dúvida nenhuma, poderemos ajudar também com a apresentação de propostas firmes, corajosas, sinceras, mas que venham a atender realmente o que necessitamos.

Nós do serviço público conhecemos bem o problema. Tivemos a reforma da Previdência encaminhada, em 2003, solenemente pelo Sr. Presidente da República e 27 Srs. Governadores, trazida ao Congresso sob a forma de uma proposta de emenda à

Constituição. De imediato se discutiu e se debateu muito a matéria na Comissão de Constituição e Justiça, bem como, depois, na Comissão Especial do Senado. E todos sabemos os resultados, na Câmara dos Deputados, da PEC nº 40 no que tange a nós servidores aposentados e pensionistas. Infelizmente, não conseguimos manter aqueles nossos direitos e garantias constitucionais por que tanto lutamos durante 10, 12, 13 anos, seja por intermédio do Mosap, seja por intermédio de outras entidades, coadjuvados inclusive pela Cobap nas nossas bandeiras. Lá perdemos a paridade, a integralidade ficou fragilizada e, sobretudo, foi-nos imposta a contribuição previdenciária por parte de quem já estava aposentado e a quem viria a se aposentar. Isso na nossa visão é uma anomalia jurídica. Posteriormente, a matéria veio ao exame do Senado Federal. E, aqui no Senado, infelizmente, também não tivemos condições de brecar essas medidas, vindo, também aqui, a ser aprovada a famosa PEC nº 67, onde muitos problemas remanesceram, como a contribuição, a paridade, a integralidade, inclusive de pensões e por aí afora.

Pois bem, o Senado não teve condições de aprovar a PEC nº 67 – e nós nem precisamos discutir isso aqui, porque sabemos que as pressões foram enormes. Tínhamos, é lógico, a esperança de que, aqui no Senado, reverteríamos a situação, mas infelizmente não deu. E, porque não deu, surgiu, então, a possibilidade da emenda paralela, a PEC nº 77, que veio minorar alguns aspectos das PEC nºs 40 e 67, a qual se transformou depois na Proposta de Emenda à Constituição nº 41 e, se ela permanecesse, somente ela – não tivéssemos a possibilidade de ver aprovada a PEC Paralela nº 77 (nº 227, na Câmara), e agora nº 77-A – novamente aqui no Senado –, certamente iríamos chorar muito mais do que os, aposentados e pensionistas; estamos chorando ainda hoje. Esse é o problema crucial dos servidores públicos aposentados e pensionistas do Brasil.

A Câmara aprovou a PEC Paralela. Lá se tentou, e inclusive foram aprovados, importantes destaques, com os quais somos absolutamente solidários. Assim como fomos solidários, também temos consciência das possíveis dificuldades políticas que po-

derá o Senado enfrentar. Todavia, queremos ressaltar uma questão: já que a contribuição que nos foi imposta aqui foi até maior que R$1.400,00 e, depois, para quem já estava aposentado e para quem viesse a se aposentar, até o teto de pouco mais de R$2.500,00, o Senado, pela PEC Paralela, introduziu, nesse aspecto da contribuição, uma melhoria significativa que é em relação às doenças incapacitantes.

No primeiro momento, todo mundo dizia que isso era uma esmola, porque as doenças incapacitantes geralmente acontecem naquelas pessoas em que o médico chega e diz assim para a família: "Preparem-se, porque o fulano aí está com dificuldade, e não sei quantas horas ou dias ainda ele vai ter". Enfim, seria praticamente uma situação que pouco viria a resolver. Contudo, Sr. Presidente, resolve sim, e resolve muito; é pelo menos um caminho para uma situação que vivemos, e há a possibilidade de, talvez num futuro próximo, tentarmos reverter essa situação.

Temos ainda um problema aqui no Senado: a paridade foi restabelecida na Câmara, a integralidade também das aposentadorias e das pensões; porém, lá na Câmara, a paridade das pensões infelizmente caiu. Então, estamos solicitando a todos os Srs. Senadores que tenham a sensibilidade de olharem para os pensionistas de uma forma muito carinhosa. Por quê? Na PEC nº 41 já tivemos um corte de até 30% para os pensionistas. Imaginem: se já há pensionistas com um corte dessa monta, eles ainda vão sofrer o problema da paridade? Assim, daqui a três, quatro, cinco anos, os pensionistas não terão mais receita para cuidarem das suas necessidades ou dos compromissos que o seu marido ou a sua esposa, ao falecer, deixou.

Portanto, chamo a atenção para esse problema e gostaria de conclamar a todos – sobretudo nós que somos servidores públicos – para que lutemos, aqui no Senado, que busquemos forças, que unamos nossas forças para tentar reverter pelo menos esse aspecto.

Temos um problema de reajuste. O reajuste prometido não é só para os aposentados e pensionistas do serviço público. Como aqui se está tratando de como é a Previdência que queremos, ou

ainda, que seja uma previdência social, pública, justa e de verdade, temos que atentar também para o problema do aumento. Nessa hora, infelizmente, o Governo Federal encaminha projeto de lei ao Congresso Nacional oferecendo 0,1%, o que é constitucional. É verdade que é constitucional, mas é extremamente injusto. Vou até usar um termo forte – perdoem-me aqueles que estão me ouvindo e até o Senador Paulo Paim: considero um deboche dar um aumento apenas para cumprir uma disposição constitucional; só em dizer 0,1% já se esgotou tudo, já ficou 0,00; só em se falar já se gastou isso.

Sabemos que o Senador Paulo Paim, desde a sua origem, é sensível, sempre foi sensível a esse problema. Aliás, S. Exª briga muito, tanto pelo salário mínimo como, por extensão, briga por um salário digno e justo para os servidores públicos desse Brasil.

Temos muitos outros problemas ainda. Mas, como tenho pouco tempo, não poderia deixar de me referir ao problema da securitização dos precatórios. Esse é um problema que devemos começar a enfrentar com coragem. Digo com coragem, porque imaginem precatórios alimentares que governos estaduais e municipais insistem em não pagar, alegando que não têm recursos; mas vão securitizar – e o pior, na minha maneira de ver, é que têm o beneplácito do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Nelson Jobim, nosso ilustre gaúcho. Eles estão tratando de securitizar. Que securitizem os precatórios de outra natureza, mas jamais os precatórios alimentares que são salários, são recursos que as pessoas de poucas possibilidades de renda têm ainda numa esperança, quem sabe, de receber um dia, senão eles, pelo menos os seus filhos. E agora querem securitizar isso? Não podemos aceitar!

Quero conclamar a todos para que nos unamos também nessa luta.

O que nós servidores podemos fazer em termos de Mosap? Podemos nos unir, fortalecendo as nossas entidades aqui em Brasília, nas nacionais e também nos estados.

Aproveito a oportunidade para parabenizar a todos os elementos que estão nos estados, dizendo a eles: não vamos

esmorecer; não podemos esmorecer. Temos que ter a consciência de que a massa de aposentados deste País é uma força extraordinária e essa força nós não podemos deixar que outras águas, que não as nossas, levem.

Portanto, conclamo a todos que nos unamos, que não percamos a esperança e, sobretudo, aqui no Congresso vamos continuar com as nossas lutas, buscando sempre reverter pontos que perdemos, buscando pontos que possamos ganhar no futuro.

O meu tempo se foi, mas não podia deixar de me referir aqui ao fato de que hoje foi lançado, no Ministério da Fazenda, o cartão de crédito para o aposentado. Ora, os bancos estão todos os dias com propagandas extraordinárias, dizendo aos aposentados para irem lá que terão em dois minutos o seu empréstimo. Por quê?

Então, quero dizer que, para mim, infelizmente esse cartão de crédito é mais um deboche. Se analisarmos bem, ele não trará benefício algum para nós. Esse nome "cartão de crédito" não é correto; é um cartão de débito.

Agradeço a tolerância, em primeiro lugar, ao Senador Paulo Paim, bem como as pessoas da platéia e aos que estão nos estados.

A nossa luta continua com o mesmo fervor e a garra de sempre, ao lado dos parlamentares que sempre nos apoiaram e de todo o povo brasileiro que, um dia, entenderá e compreenderá a importância do aposentado e do pensionista.

Somos gente e queremos continuar sendo gente!

Videoaudiência mostra que a Previdência pode estender o mesmo reajuste para aposentados e pensionistas

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passo a palavra ao Presidente da Anfip, Marcelo de Oliveira. Amigos do Brasil, só para lembrar, a Anfip é uma entidade que tem nos ajudado muito. Ela traz subsídios para o debate, exemplo disso é demonstrar que a Previdência é viável e que é possível dar um reajuste decente para o salário mínimo e estender o mesmo percentual aos aposentados.

O Sr. Marcelo de Oliveira – Boa-tarde a todos. Boa-tarde, Exmº Sr. Senador Paulo Paim, defensor e escudo – a Anfip é testemunha disso – da Previdência Social brasileira. Todos os aposentados e pensionistas do nosso País devem ter muito orgulho do Senador Paulo Paim, pela defesa e pela luta que faz, pois não é uma defesa fácil nem simples de ser feita. Boa-tarde, amigo Dr. João Lima, Presidente da COBAP – Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, instituição amiga da Anfip há décadas. Com certeza, continuaremos nessa luta por muitos e muitos anos. Boa-tarde amigo Edison, Presidente do MOSAP – Movimen-

to dos Servidores Aposentados e Pensionistas e defensor de algo que muitos podem considerar um privilégio – eu também pensava assim, antes de ser servidor público –, que o servidor público tem uma série de ganhos que os aposentados do regime geral não têm. Rapidamente tentaremos explicar isso para os senhores. (...)

O número de aposentados e pensionistas deste Brasil chega, somando as áreas do Regime Geral de Previdência do INSS e do serviço público, a quase 30 milhões de pessoas. Vocês elegem e tiram um Presidente com a maior facilidade.

(...)

A Anfip demonstrou, na reforma já feita pelo Governo Lula, que encareceria os cofres da União fazer a reforma. *Folha de S.Paulo, O Estado de S. Paulo* e o *Correio Braziliense* demonstram isso, e por quê? Porque as pessoas iam perder seus direitos e deram adeus ao serviço público.

"O número de aposentados e pensionistas deste Brasil chega, somando as áreas do Regime Geral de Previdência do INSS e do serviço público, a quase 30 milhões de pessoas."

A paridade em que o amigo Edison tocou é o sistema de correção da aposentadoria. Os aposentados do INSS têm a correção ou pelo salário mínimo, ou quem ganha mais, pela menor correção, como vocês todos sabem. Pois vocês fiquem sabendo que as carreiras melhor remuneradas do Poder Executivo, por exemplo, um Fiscal, como eu, recebem de correção um índice menor de quem recebe com base no salário mínimo. Sou Auditor Fiscal da Previdência Social, recebi um aumento em agosto de 1999; recebi outro (...) no fim de 2004, ou seja, cinco anos depois, de 28%. Dividam 5 por 28 que chegaremos a 5 vírgula alguma coisa por ano. Isso não é um privilégio, é uma regra, porque, senão, vão congelar e vão deixar os aposentados sem reajuste nenhum.

Quais os motivos que levam a Previdência a ser tão atacada, seja a Previdência do serviço público, seja o INSS, a Previdência

pública? É simples: a previdência no nosso País e em todos os países é um mercado finito; é como um bolo dividido em quatro partes: INSS, a previdência dos servidores, os fundos de pensão – para aquele trabalhador que paga o INSS e pode optar por pagar um fundo de pensão de uma empresa – e os bancos e seguradoras. Esse bolo tem um tamanho só. O que se busca com o ataque à Previdência? Que uma parte desse bolo seja transferida para a previdência privada.

Participei em São Paulo de um debate, onde assuntos como pagamento sobre meio salário mínimo (...), a desvinculação do salário mínimo (...), são tidos como naturais, porque se busca só o resultado financeiro, o lucro da instituição financeira. Esse não é o debate que estamos fazendo; é isso que temos de enfrentar.

O outro problema é o superávit que o Governo, por dever muito, tem que fabricar. Já disse ao Dr. João Lima, ao Senador Paulo Paim e digo a todos vocês (...) que concordo com essa proposta de unificação do fisco federal que vem sendo tocada como forma de melhoria da eficiência, mas se for para simplificar, nunca para a Previdência perder a gestão dos seus recursos. Se perder, a Previdência acaba.

Para se ter uma idéia, o Tesouro Nacional, dos débitos que eram da Previdência, no Refisa, aquele pagamento parcelado, reteve, de dinheiro da Previdência, R$4 bilhões, que era dinheiro de débito previdenciário e ficou no cofre. Isso não pode acontecer e seremos contra a todo instante quanto a isso.

Todos falam – o Governo fala – que a Previdência quebrou, que não dá para dar nada – é 30, 40, 50, a gente nem sabe o número, 20, 15, sei lá. Nós aqui falamos que a Previdência tem recursos. Então, alguém deve estar mentindo nessa história.

A Anfip produziu um material que vocês podem acessar pelo *site* www.anfip.org.br. (...) Ele obedece a Constituição da República (...) a partir do art. 194, estabelece quais são as despesas da seguridade social – Previdência, assistência e saúde – e quais são as receitas da seguridade social e ponto final.

Simplesmente pegamos os números (...) e somamos o que é receita e o que é despesa. Nisso, meus amigos, há um

superávit (...) de R$42,5 bilhões. Para não faltar com a verdade, tem que se aplicar ainda um mecanismo de redução para transferência desse volume de recursos, a chamada Desvinculação dos Recursos da União (DRU). Mesmo assim, ainda sobra nos cofres da seguridade social – e foram utilizados ilegalmente, desviados inconstitucionalmente –, no ano passado, R$17,6 bilhões acima da chamada DRU.

Vamos esquecer a seguridade (...). Vamos falar de previdência (...) Previdência é pagou, levou. O que não for isso é assistência social. Nesses dados, vamos ver que a receita previdenciária líquida em 2004 foi de R$93,7 bilhões; a receita do INSS, como receitas financeiras, foi de 1,2 bilhão, que, somados, dão R$94,41 bilhões. Lembram-se daquela discussão sobre a CPMF de 0,38%, dos quais 0,18% têm de ser para a Previdência porque, senão, ela quebra? Esses 0,18% eles esquecem. Somando esses 0,18%, a Previdência pura teve receita da ordem de R$106,91 bilhões. E a Previdência urbana, que é previdência mesmo, teve gasto de R$102 bilhões. Então, ainda estamos no superávit de R$4 bilhões, falando só em previdência.

(...) a Anfip é a favor dos benefícios assistenciais para idosos sem renda; é a favor da previdência rural para quem nunca contribuiu; é a favor do pagamento de benefício assistencial para portadores de deficiência, porque é justiça social. Todavia, essa conta não pode ficar com a Previdência Social. Não se pode pegar esses recursos todos e jogar no colo da Previdência. Isso deu, ano passado, R$30,34 bilhões de gastos, correspondendo a 42% das pessoas que recebem algum recurso da Previdência Social.

(...) Um outro ponto também é que 17 mil pessoas neste País ganham mais que dez salários mínimos. Por que isso acontece, Marcelo? O Congresso produz leis que protegem artistas famosos que morreram na pobreza, pessoas que lutaram contra a ditadura etc. Nada contra isso, desde que não caia na conta da Previdência, e é o que se faz. Então, de 17 mil pessoas neste País, algumas ganham mais de cem salários mínimos do INSS, mais de R$26 mil, e não contribuíram. Mesmo assim, a conta sai do caixa previ-

denciário. Esta é a explicação e quero que todos leiam esse livro porque o conhecimento é o poder, é a arma.

Outro ponto, o Governo Lula tem falado em choque de gestão, com o que concordamos totalmente e absolutamente. Quando estava saindo do Ministério da Previdência, conversava com uma autoridade: por exemplo, se você tiver um auxílio-doença, um auxílio-acidentário e, em sendo marcada a sua perícia, você não vai. Automaticamente, o sistema prorroga o benefício a ser recebido, porque a Previdência não tem condições de atender a todos os senhores, só por isso. Então se joga dinheiro fora, se com uma contratação simples de mais servidores e médicos peritos resolveria.

(...) neste País, 12 milhões de pessoas pagam Imposto de Renda de pessoa física e não contribuem para a Previdência. Então, se acabarem com o PIS, com o NIT, que é um enrosco, ninguém sabe o que é, há pessoas que têm dez números de PIS – eu devo ter uns três na minha vida, porque perdi a carteira de trabalho e fiz outro PIS –, se colocarem só o CPF, tem de cobrar essas 12 milhões de pessoas para contribuírem para ajudarem suas aposentadorias. Tenho um amigo advogado extremamente rico, em Rondônia, que veio me procurar para se aposentar. Falei: "Tudo bem; vou com você ao INSS". Ao que ele me disse que nunca contribuiu. Ele devia ter contribuído para auxiliar o pagamento de quem já está aposentado. Temos, para cada procurador, 1.600 processos de responsabilidade. Ali, na baixada do Ministério, em São Paulo, tem processos embaixo da água, antigos, porque não há como um cidadão, pode ser ele o máximo dos máximos, atuar em 1.600 processos. Quem é advogado aqui sabe disso. Fiscais? Não se contrataram 350 fiscais em 2004. Foi feito o cálculo, pelo Ministério da Previdência, e constatou-se que a Previdência perdeu, descontando o salário dos fiscais, 350 milhões de reais. Então, é disso que precisamos. Sem falar em homens que recebem salário-maternidade, sem falar em um CPF recebendo dez aposentadorias. É disto que precisamos: melhorar a gestão da Previdência Social, melhorar o trabalho feito pela Previdência Social, melhorar o atendimento prestado pela Previdência Social. Temos

de ter o conhecimento para lutar, para conseguir fazer valer a nossa voz. (...) Quero parabenizar novamente o Senador Paulo Paim pela iniciativa, pela luta e pela força no Congresso Nacional. Vários parlamentares defendem aposentados e pensionistas neste País, mas, em termos de fidelidade, podemos citar dois, o Senador Paulo Paim e o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

(...) Parabenizo o meu amigo Edison pelo trabalho, por defender o serviço público. Pagamos tributos, todos nós – daqui a pouco vou ter de declarar Imposto de Renda, ainda não declarei –, mas pagamos tributos para ter hospital decente, para ter educação decente, para ter segurança decente, para ter Previdência decente. E quem presta esses serviços são os servidores públicos. (...) sou até suspeito em falar do João Lima, pessoa por quem tenho grande estima, um trabalhador, um lutador nessas nossas batalhas dentro do Congresso Nacional e dentro do Ministério da Previdência Social, e digo a todos vocês, como dizia a música, "quem sabe faz a hora". Cabe a nós, trabalhadores deste País, unirmo-nos, pensarmos e fazer valer a nossa capacidade de cidadãos. Escolham bem, votem com consciência, escolham seus mandatários. Vocês são 30 milhões neste País, vocês têm condições de eleger cada vez mais pessoas que tragam a sua bandeira, que tragam a sua representação e que tragam a defesa desse sistema que a Anfip tem muito orgulho de representar e de defender, que são os aposentados e pensionistas brasileiros.

(...)

Paim: "Já temos 500 mil assinaturas para aprovar o projeto de nossa autoria, PSL nº 58/03"

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Estamos muito felizes em saber que, por iniciativa das entidades dos aposentados, liderados pela Cobap, com o apoio também do Mosap, o Brasil todo está recolhendo as assinaturas para aprovar o Projeto nº 58, para que ele – por nós apresentado já na Câmara, agora apresentado no Senado – torne-se realidade. O João Lima disse que já são cerca de 500 mil assinaturas e temos certeza de que rapidamente teremos mais de um milhão de assinaturas. Se alguém pensa que o movimento dos aposentados não está dando em nada, está enganado. Em qualquer estado que passamos neste País, vemos nas praças públicas os aposentados com a sua folhinha na mão recolhendo as assinaturas. Isso é muito positivo. Temos certeza de que esse movimento de vocês há de sensibilizar o Congresso Nacional e o próprio Executivo. Acreditamos nas mobilizações e por isso achamos muito importante termos rompido a barreira e o Presidente da República ter recebido hoje a Cobap. Podem ter certeza de que isso terá a devida repercussão no Congresso Nacional e na sociedade.

O relatório feito pela Cobap, pelo Mosap e pela Anfip que demonstra que a Previdência brasileira é superavitária, já está nas mãos do Presidente. É só não desviar o dinheiro para outros fins que sobra para dar o reajuste aos aposentados e pensionistas.

Estamos muito preocupados, o Governo anterior aprovou o fator previdenciário. Como vocês sabem, o fator previdenciário reduz os benefícios daqueles que vão se aposentar no Regime Geral da Previdência, no caso da mulher, em 30%, e do homem, mais ou menos 25%. De acordo com o senhor João Lima, no caso da mulher, chega a até 40% e do homem a 30%.

O fator previdenciário para nós é o que há de mais violento contra o trabalhador brasileiro. É fundamental fazermos um movimento enorme para sensibilizar o Congresso e o Executivo – já apresentamos o projeto – para que o fator previdenciário seja revogado, pois ele vai contra o trabalhador e contra os aposentados e pensionistas.

"O relatório feito pela Cobap, pelo Mosap e pela Anfip que demonstra que a Previdência brasileira é superavitária(...) É só não desviar o dinheiro para outros fins que sobra para dar o reajuste aos aposentados e pensionistas."

Gostaríamos de ressaltar, rapidamente, o quanto foi árduo para todos nós o debate da reforma da Previdência, no Governo Lula. Trabalhamos muito e construímos, no final, a PEC Paralela. Muitos não acreditavam e diziam que era uma farsa, mas nós dissemos: pode ser que estejam me enganando, mas não é uma farsa. Falamos com todas as instâncias de governo que se na PEC Paralela, aprovada por unanimidade no Senado, seria respeitado o acordo que garante paridade, transição, subteto, não-contribuição do inativo com doença incapacitante. Ora, se dizem que não podemos trabalhar além dos 65/70 anos, se provarmos que temos uma doença incapacitante, então, não devemos pagar esses 11% – claro, dentro daquele limite.

Baseado na PEC Paralela e, depois, no debate que terminou no Supremo que diz que quem ganha até dez salários mínimos, com doença incapacitante ou sem doença incapacitante, não vai pagar os 11%, que daria hoje R$2.508,00.

Foi baseado na PEC Paralela que garantimos a aposentadoria da dona-de-casa. Ela vai estar no Regime Geral da Previdência e será regulamentada por lei, pois o sistema é contributivo para a dona-de-casa. Assim, o filho do trabalhador pode ver a sua mãe, a dona-de-casa, e no futuro a sua esposa, se aposentar. Naturalmente o sistema contributivo vai ter uma regulamentação na lei que hoje não é permitido. Antes, se a dona-de-casa quisesse se aposentar, ela deveria entrar como autônoma, mas aí não conseguiria pagar. E agora não, pelo sistema atual montado, que vai ser regulamentado, quem ganha até dois salários mínimos vai poder também se aposentar.

Então a PEC Paralela garante principalmente a regra de transição, que foi a maior briga que tivemos. O Marcelo, o João Lima, o Mosap ajudaram para haver uma regra de transição que permita àquele cidadão que começou a trabalhar mais cedo, normalmente o filho do pobre, se aposentar mais cedo.

Já fizemos uma audiência pública sobre a PEC Paralela no Senado Federal, na qual o Marcelo participou e, com certeza, o senador Rodolpho Tourinho, como relator, vai dar o parecer rapidamente. Há uma emenda polêmica, enfim, na questão do subteto de delegados, polícia – militar ou não – auditores. Estamos aqui para construir um entendimento. Mas a PEC Paralela terá de ser votada, felizmente já o foi em dois turnos na Câmara dos Deputados. Agora estamos trabalhando para que durante o mês de maio, o mais tardar, a PEC Paralela seja aprovada definitivamente aqui no Senado.

Agora, vamos passar a palavra para o nosso companheiro Benedito Alves Camargo, Secretário-Geral dos Aposentados e Pensionistas do Paraná.

O Sr. Benedito Alves de Camargo – Senador, quando o senhor era Deputado Federal, sempre nos disse, na Cobap, que a

Previdência Social Pública deste País era superavitária e não deficitária, conforme os governos vêm afirmando de longa data. Pergunto: V. Exª, como senador e em sendo do Governo, permanece afirmando que a Previdência Social Pública do País é superavitária ou está na mesmice, dizendo que ela é deficitária e que tem um grande rombo para a economia brasileira?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O amigo Benedito Alves de Camargo fez uma pergunta de forma muito positiva e propositiva. Não sou eu quem diz que a Previdência é superavitária. O senhor viu aqui três homens de credibilidade no âmbito nacional falando e reafirmando que a Previdência no Brasil é superavitária. Inclusive o senhor deve ter visto (...) quando eu dizia: "Não desviem para outros fins, independente do Governo, o dinheiro dos aposentados e dos pensionistas porque a Previdência brasileira é e sempre foi superavitária".

Agradeço ao nosso amigo Benedito Alves que fez a pergunta para que o Brasil todo entendesse que não mudamos de opinião. A nossa posição continua a mesma e, por isso, ajudamos a organizar esta teleconferência com todo o Brasil para demonstrar que o projeto nº 58, de nossa autoria, apresentado na Câmara e reapresentado no Senado, exige exatamente que se garanta aos nossos aposentados o mesmo percentual de reajuste dado ao salário mínimo. Segundo os dados que trouxeram o senhor João Lima, o Marcelo e o Edison, já são 158 bilhões desviados da Seguridade para fortalecer o superávit primário. Se pegarmos os últimos cinco anos, isso demonstra que estamos no caminho certo.

Passamos a pergunta agora para o senhor Matias José da Silva, do Sintrape, que indaga: por que os congressistas falam tanto em desigualdade social e desvincularam a aposentadoria do valor do salário mínimo?

O Sr. Marcelo Oliveira – A desvinculação do salário mínimo nas contas da Previdência Social aconteceu no Governo Sarney quando era vinculada inclusive a contribuição. Se não vincularmos a contribuição, as pessoas acabam contribuindo menos para a Previdência. Os benefícios eram também vinculados.

A partir do Governo Sarney, o que se fez? Como a Constituição determina que o piso tem de ser um salário mínimo, este sofre um aumento, e os benefícios previdenciários sofrem outro aumento menor. Isso faz com que o valor vá se achatando cada vez mais. Por exemplo, a minha avó contribuiu sobre vinte salários mínimos e hoje não chega a ganhar três salários mínimos. Então, é isto que vai acontecendo: correções menores para quem ganha acima de um salário mínimo.

Por que os congressistas falam tanto em desvincular o salário mínimo da Previdência? Vivemos num país que vive só para pagar dívida. Imaginem quem deve para um agiota, quem ganha R$300 e deve R$50 mil. Ele não vai pagar nunca. A verdade é essa. Há duas soluções: ou dá o calote, o que (...) seria péssimo para o nosso País, ou aprimorar para esses R$300 crescerem e ele conseguir pagar a dívida que acertou. E como se paga essa dívida? Qual seria o caminho para se pagar essa dívida? Como todo mundo já fez, devemos (...) copiar dos Estados Unidos na grande crise de 1929; ou copiando do Japão, ou copiando da Alemanha pós-guerra, ou seja, injetando nas políticas sociais e na educação. Se melhorassem os benefícios previdenciários, todos poderiam consumir mais. Consumindo mais, a indústria seria fortalecida, o que geraria um país mais rico, e um país mais rico pode pagar a sua dívida. Então, é esse o caminho apontado e o caminho a ser seguido.

Quero dizer também que esse debate de desvinculação do salário mínimo deve ser afastado totalmente porque pode deixar vocês sem uma garantia, uma vez que quem ganha salário mínimo hoje, o piso, só não ganha menos porque tem assegurado na Constituição o direito. Quando tirarem, com certeza não ganharão mais o salário mínimo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Achamos gravíssimo o fato de setores terem levantado esse debate sobre desvincular a Previdência do valor do salário mínimo, quando estamos brigando pelo inverso, ou seja, queremos ampliar para aquele cidadão que ganha mais que o salário mínimo. Caso fa-

çam isso, e o Congresso Nacional concorde em não dar para o aposentado nem sequer o mesmo salário de quem está na ativa, desculpem-nos as autoridades, mas então que se feche o Congresso, pois é um absurdo argumentar que o aposentado e o idoso não têm o direito de ganhar nem o mínimo. Falamos isso como democratas, porque sabemos que o nosso Congresso não vai aceitar isso. Pelo contrário, pela pressão de vocês, vai vincular para todos os aposentados, como propõe o Projeto nº 58. Vamos interagir com o Sr. Emídio Rebelo Filho, Presidente da Federação dos Aposentados e Pensionistas do Pará.

O Sr. Emídio Rebelo Filho – (...) a pergunta é no sentido de saber como se poderia acionar a Justiça para que representantes da seguridade social do Ministério da Previdência não coloquem exatamente os recursos da seguridade social, a sua arrecadação nos pagamentos efetuados. Sempre está acontecendo isso. O senhor fez muito bem uma colocação, de que há um superávit de R$165 bilhões. Ora, então por que os nossos governantes não demonstram para a Sociedade que a nossa seguridade é superavitária e não deficitária?

Com essas colocações, gostaríamos que fosse feita ou uma ação, alguma coisa, que a Justiça ordenasse a demonstração, como fez com relação às listagens dos aposentados, ou melhor, a listagem daqueles devedores da Previdência Social. Então, gostaríamos de fazer com que a sociedade brasileira fosse esclarecida sobre isso, com o superávit e não com o déficit.

O Sr. João Lima Resende – (...) é justamente, Emídio, isso que a Confederação está fazendo, ou seja, levando ao conhecimento de todas as autoridades, por meio da Anfip, com todos os dados, os verdadeiros números da seguridade social para que a sociedade tome conhecimento. (...) Visitamos o Ministro da Previdência, o Presidente da Câmara dos Deputados e o Presidente da República, levando esses números. E Emídio pode ficar tranqüilo nesse sentido. Na próxima semana, já temos um encontro com o Vice-Presidente da República, levando os técnicos da Anfip, da Cobap, do Mosap, do Senado e da Câmara, para fazer a demonstração e

provar os verdadeiros números da seguridade social. E também digo que o nobre Senador Paulo Paim já havia feito, a pedido da Cobap, uma informação do Tribunal de Contas da União com todos esses números, para juntarmos, todos, essas informações. Se o próprio Governo e o Congresso Nacional não tomarem as providências necessárias nesse sentido, aí vamos para o Supremo Tribunal Federal, que é quem vai dar a palavra final porque é o árbitro de justiça. Justiça não se pede, justiça se faz.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agora vamos interagir com o Rio Grande do Sul. A pergunta é do senhor aposentado Vival Ferreira.

O Sr. Vival Ferreira – Boa-tarde, Sr. Senador Paulo Paim. Tenho alguma coisa para dizer. Não posso dizer se é reclamação, mas a minha opinião é a seguinte: o Governo está incentivando os bancos privados e particulares a fazerem empréstimos para os aposentados que já ganham uma miséria. Geralmente, o aposentado já tem uma certa idade – tenho 72 anos e estou ganhando menos que três salários mínimos. Como é que vou tirar um dinheiro para pagar um "biquinho", uma quantia que devo? Se eu pedir R$1 mil no banco, vou pagar R$2 mil ou mais. Quer dizer, o meu salário vai ficar cada vez menor. (...) e, aí, no fim do mês, se eu recebia R$900 ou R$800, eu já vou ficar recebendo R$600. E por que o Governo não toma uma providência e paga aquilo que nos deve? O aposentado tem a ver com o Governo, com o INSS ou qualquer outro órgão, então, por que ele não nos paga? Não precisamos pedir dinheiro emprestado para os bancos, para pagar juros. Quer dizer, no fim do mês, nós vamos ficar mais apertados do que já estamos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agradecemos e parabenizamos o companheiro Vival Ferreira, do Rio Grande do Sul, que fez uma pergunta muito interessante, em que diz: "Não adianta nos dar crédito ou cartão de crédito se não temos dinheiro. Como vamos ao banco, se não recebemos um salário que permita retirar empréstimos e pagar esse empréstimo?"

O Sr. Edison Guilherme Haubert – (...) a sua pergunta é extraordinariamente atual pelos aspectos que o senhor citou há pouco, dessa propaganda violenta que os bancos estão fazendo. Pela manhã, geralmente, eu vejo o "Bom-Dia, Brasil" e outros programas de televisão, enquanto estou tomando café. E o que eu vejo? São só propagandas de bancos oferecendo dinheiro aos aposentados. Eles dizem assim: "Vão lá. Peguem o dinheiro..." mas só que não falam e não perguntam para o sujeito se depois terá condições de pagar o dinheiro. Esse é um problema que diz respeito não só aos trabalhadores do Regime Geral – aos trabalhadores brasileiros da iniciativa privada – mas diz muito de perto aos servidores públicos brasileiros. Nós temos servidores (...) cujo salário não dá sequer para sustentar aquelas necessidades mais básicas que eles têm, tão vil é o salário do servidor público, sobretudo o do Executivo e daquelas classes menos favorecidas.

(...) o que eu quero dizer para o nosso amigo (...) é que lamentamos – e aproveito para dizer que lamento mais ainda – que uma autoridade ministerial, o Ministro, dê chancela ao BMG, em solenidade hoje no Ministério da Previdência, instituindo e recebendo a benesse de um cartão de crédito, quando deveria ser um cartão de débito – já disse isto anteriormente.

(...) isso é fruto de uma conseqüência, é fruto de um problema. E esse cartão não vem resolver esse problema. Esse problema é estrutural e, aí sim, dependemos de que seja realmente aplicado dinheiro no desenvolvimento brasileiro. E que se pense menos em pagar juros escorchantes da nossa dívida brasileira que, aliás, já foi paga muitas vezes. Mas é capital internacional que corre para o Brasil porque aqui os juros são sempre muito altos, são atrativos. Nesse caso, o capital vem para cá, leva os juros, e a nossa dívida brasileira só aumenta (...). Em razão disso, não dá para fazer o desenvolvimento brasileiro, fazer as ações de infra-estrutura etc.

Essa é a nossa realidade. Repudiamos e achamos que temos de tomar nossas devidas precauções e, se possível, nem buscar esse crédito, que não é crédito, mas é um débito, porque, na hora em que se pegar o dinheiro, já se está devendo. Então, não é crédito para nós.

Deixo essa mensagem, lamentando, e o João Lima, certamente, vai completar as minhas respostas, com mais propriedade ainda.

O Sr. João Lima Resende – Eu, pessoalmente, sempre fui contra esse empréstimo para aposentado, mas, infelizmente, não tenho condições de tomar decisão, porque somos um colegiado. Isso foi discutido muito nas entidades de base, porque havia também muitas correspondências de aposentados que estavam nas mãos de agiotas, que estavam no banco, no cartão especial, que estavam devendo a juros de 8%, de 10%, 11% e até 15% a 20% (...). Temos uma infinidade de correspondências na Cobap, pedindo que lutássemos para se conseguir um empréstimo com índices baixos, e a Cobap foi à luta. Muitos companheiros foram comigo na Previdência Social discutir esse assunto, inclusive com a Febraban, e chegamos a essa razão de 1,75% para seis meses, e 2,80% para 36 meses.

Também há uma infinidade de cartas de pessoas agradecendo por isso, que já saíram desse débito, desses agiotas, e saíram do cartão e do crédito especiais. Também há outros, o que é normal, democraticamente, que condenam, como eu pessoalmente sempre fui contra esse empréstimo, porque sei que iria sacrificar muitas pessoas, que já tiram, no mínimo, 30% dos seus salários com esses bancos também. Existem também as entidades de base que, quando recebem as filiações, fazem descontos, quando o INSS e a lei só permitem que se descontem 30%.

Foi acordado com todos os bancos, com a Caixa Econômica, que fizesse para aquele parcelamento apenas 27,5. Os presidentes de federações e os presidentes das entidades têm de ficar atentos, porque um banco, quando fizer isso, deve fazer no máximo esse desconto de 27,5%, deixando uma margem.

O Ministério da Previdência já analisou a situação ontem e está mandando essa circular para todos os bancos, inclusive a Dataprev, para que (...) não ultrapassem os 30% de desconto. (...) a pessoa tem de ter muito cuidado nesses empréstimos, porque, muitas vezes, ele necessita pegar esse empréstimo, mas, se ele

não puder pagar, não deve ir ao banco tomar empréstimo. (...). Agora, muitas pessoas, como me escreveram, estão necessitadas. Se eles já estão pagando 8%, 10% ou 11% de juros em outros empréstimos, peguem para aliviar mais esses juros.

"Para os senhores terem uma idéia (...) o setor que mais deve para a Previdência são estados e municípios. Isso é uma vergonha."

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agora o Sr. Joanildo Soares da Silva, Associação dos Aposentados e Pensionistas de Paulista, Pernambuco, pergunta: não seria melhor politicamente para o Governo cobrar dos grandes sonegadores do que negar direitos aos aposentados?

O Sr. Marcelo Oliveira – Colega Joanildo, logicamente seria muito mais produtivo para o Governo, em termos políticos, até num processo de reeleição, que ele buscasse cobrar dos empresários que não pagam.

Para os senhores terem uma idéia (...) o setor que mais deve para a Previdência são estados e municípios. Isso é uma vergonha. Isso quer dizer que é o Governo devendo para o próprio Governo. O Governo, que é quem deveria dar o exemplo, é o maior devedor.

O Governo deveria cobrar do sonegador, trazer esse pessoal que não contribui para dentro da Previdência Social e combater as fraudes. Como disse, homens não podem receber salário-maternidade, um CPF não pode receber dez ou 12 benefícios, o cadastro possui sérios erros, e é muito fácil de ser fraudado. Em todas as categorias há problemas, e hoje, no tempo da informática, isso não deve ocorrer.

Concordo plenamente com o Joanildo no sentido de que se deve muito mais, até para o atual projeto político do Governo, melhorar a gestão do que a usurpação do direito de todos vocês aposentados e pensionistas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agora a pergunta é do Presidente da Federação dos Aposentados do Mato Grosso, Raul Soares dos Reis.

O Sr. Raul Soares dos Reis – Senador Paulo Paim, conterrâneo lá do Sul, peço que o senhor explique para o povo sul-mato-grossense o art. 40 do Estatuto, que está preocupando muito. Também há um interesse muito grande nos nossos deficientes sobre o estatuto que o senhor lançou. Queremos saber em que pé se encontra, se há alguma esperança de ser resolvido logo ou se vai demorar muito. A outra pergunta é para o Presidente João Lima, sobre o serviço funeral no Brasil, que também é muito importante. Eu o estou lançando aqui no Mato Grosso e gostaria dessas explicações. (...)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – (...) O art. 40, para que todos saibam, trata do transporte interestadual que prevê a reserva de duas vagas gratuitas, por veículo, para idosos com renda igual ou inferior a dois salários mínimos. E deve ser concedido desconto de 50%, caso as duas vagas estejam ocupadas. Sabemos que a preocupação maior que o Sr. Raul se refere deve-se ao fato de que alguns estados não estão respeitando esse artigo. Ocorre que um setor do empresariado nacional acabou ganhando liminar na Justiça. Esse debate ainda vai continuar no Supremo Tribunal Federal.

Dos estados brasileiros, somente metade das empresas está cumprindo o art. 40, em função do movimento dos empresários do setor que se mobilizam para que o art. 40 não seja cumprido em sua totalidade. Consideramos esse comportamento avarento e irresponsável. A lei é para ser cumprida e o Estatuto já foi aprovado por unanimidade nas duas Casas. Felizmente, recentemente houve uma decisão em São Paulo, favorável ao idoso. Eles recorreram ao STJ e o Ministro-Presidente Edson Vidigal deu ganho de causa para os aposentados, abrindo o precedente que esperávamos. Agora aguardamos que rapidamente o Supremo Tribunal Federal decida essa questão.

Nós e o senhor João Lima já interagimos com o Ministério dos Transportes. A visão do Ministério dos Transportes – por isso

ele contestou essa liminar – é que, efetivamente, o transporte gratuito para os idosos com mais de 60 anos tem de estar garantido.

Em relação ao Estatuto da Pessoa com Deficiência, apresentamos o projeto na Câmara e no Senado para acelerar a tramitação, como o fizemos com o Estatuto do Idoso – o que acabou dando certo – e com o Estatuto da Igualdade Racial, que, no nosso entendimento e também de acordo com o pronunciamento do Presidente Lula hoje na África, em que Sua Excelência pediu perdão à comunidade negra por séculos de escravidão, tudo indica que será aprovado e sancionado este ano.

Quem não assistiu à ofensa racial feita ao jogador Grafite, do São Paulo, por um jogador argentino ontem? De público, cumprimentamos, primeiro, o Grafite, que fez a denúncia na polícia, e, segundo, a Polícia Civil de São Paulo, que decretou a prisão do jogador argentino, que passou a noite na cadeia porque cometeu um crime inafiançável. Sou, inclusive, o autor da lei, aprovada em 1995, que determina que todo crime de injúria, quando se refere à discriminação racial, de religião ou mesmo de procedência, origem ou cor, não prescreve e é inafiançável. Hoje, no Senado, encaminhamos moção de solidariedade e de aplauso ao Grafite, ao Esporte Clube São Paulo pela posição firme e ao Delegado da Polícia Civil.

Quanto ao Estatuto da Pessoa com Deficiência, há uma comissão trabalhando na Câmara e o debate no Senado, cujo relator é o Senador Flávio Arns. O projeto está caminhando bem e temos muita esperança de que seja aprovado e sancionado até o dia 21 de setembro, dia em que se inicia a primavera e que é considerado o Dia da Pessoa com Deficiência.

O Sr. João Lima Resende – Companheiro Raul, quanto ao funeral, a Cobap já lançou o funeral para todo o País. Demoramos um pouco porque era necessária uma estrutura nacional que ficou pronta no mês passado. Alguns estados já começaram a fazer. Em diversos Estados, o funeral já está implementado para os nossos sócios. Para aqueles que precisam de mais informações, estamos mandando técnicos para apresentar, nas federações, como fun-

cionarão os funerais. (...) Se você pedir, mandaremos os técnicos para que vocês já implementem o funeral em Mato Grosso. Já está lançado em todo o País. Todos os nossos sócios que desejarem a cobrança do funeral dentro da sua mensalidade serão inseridos nesse contexto. Muitos já estão com o cartão do funeral. (...) A Confederação Brasileira trabalhou durante três anos para chegar a um consenso com todos os Ministérios e fazer o lançamento do funeral para o associado da Cobap. Isso já está lançado e consolidado. Muitos estados já começaram a fazer. Aquele que se interessar basta entrar em contato com a Cobap, que já está pronta para atender a todos os Estados do País.

O Sr. Geraldo Afonsílio Lemos – Existe resistência dos deputados e dos senadores em votar o Projeto de Lei nº 58/2003? Por quê?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – De fato, há uma resistência em aprovar o PL nº 58, de 2003, de nossa autoria, que garantirá que os aposentados voltem a receber o número de salários mínimos que recebiam no ato da aposentadoria. Quanto a isso é fundamental que a população faça pressão democrática, popular e saudável aos deputados e senadores de cada estado, para que eles se comprometam a, quando entrar em votação o projeto, votar a favor.

A segunda pergunta é se o reajuste de 6,36% já é definitivo. Peço que o João Lima responda sobre os encaminhamentos que fez hoje.

O Sr. João Lima Resende – O INPC pode dar 6,36%, só depois que apurar o INPC de abril, mas já estão aventando 6,36%. Isso não é definitivo, porque estivemos no Ministério da Previdência, estivemos na Presidência da República e na Presidência da Câmara para, justamente, termos uma emenda quando o Presidente Lula mandar o aumento de R$260 para R$300, que dá 15,38%. Por isso visitamos todas essas autoridades e estamos fazendo esse movimento de hoje, para que o Presidente da República não precise nem discutir com os senadores e com os deputados, para que

Sua Excelência já mandasse nessa medida o mesmo valor como feito por Fernando Henrique Cardoso em 1995. Que o mesmo valor dado ao salário mínimo fosse dado para nós. Não são definitivos os 6,36%, como está se falando. Estamos apelando porque as emendas já estão prontas também, será discutido na Câmara e no Senado e tenho certeza absoluta de que aprovaremos na Câmara e no Senado os 15,38% de aumento para os aposentados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Uma pergunta do Sr. Francisco de Assis Figueiredo, Presidente da Associação de Aposentados de Ibituba, Santa Catarina: "Se os aposentados não tiverem o mesmo percentual do salário mínimo, qual a sinalização a ser feita para repercutir nacionalmente?"

O Sr. João Lima Resende – É lógico, nós havíamos feito um acordo com o Governo. Esse acordo não foi escrito, mas tínhamos feito um acordo com o Ministro Berzoini. Muitos presidentes de federação participaram da reunião e ele daria o mesmo valor desse passado, que foi dado para o salário mínimo, mais um percentual para ir diminuindo nossa defasagem, de acordo com o crescimento do PIB. Isso não foi cumprido até agora. Por isso estamos fazendo essa mobilização. Temos qual caminho se eles não fizerem isso? Aquele que a Cobap sempre fez na sua história, o de esgotar todos os caminhos de negociação com o Governo, com o Congresso e, em última instância, com o Supremo Tribunal Federal. Haja vista que estamos ganhando as questões: ganhamos os 147, ganhamos agora de 77 a 88 e ganhamos de 94 a 97. Nosso único caminho é a Justiça. Tenho certeza absoluta de que a Justiça dará, como sempre deu, todas essas nossas reivindicações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos pressionar o Congresso Nacional e o Executivo. Em última instância, se necessário, o Supremo Tribunal Federal. Acompanhamos um aposentado dizendo que ganhou essa ação. Portanto, foi importante o movimento da Cobap. Vamos falar agora com o Sr. Antônio Batista Alves, da Associação dos Aposentados do Sindicato dos Portuários, de Vitória, Espírito Santo.

O Sr. Antônio Batista Alves – (...) os prefeitos, nas campanhas, fazem tantas promessas. E quanto aos garis, quando os prefeitos são eleitos, ao invés de assinarem as carteiras, eles contratam. E as pessoas ficam trabalhando sob contrato. Se o contrato vencer e o empregado trabalhar por um mês sem renovar o contrato ou se ele for embora, perde-se aquele dinheiro. Tenho muitos amigos garis que trabalham na Prefeitura – não só os garis, mas os assalariados. (...) nós, como associados ou como aposentados, também sofremos com isso. Se eles pagassem o INSS, seria um dinheiro a mais destinado aos associados. A minha pergunta é essa. (...)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – (...) na verdade, são duas perguntas. A primeira passamos ao Marcelo que se pronuncie em nome da Anfip.

A segunda refere-se às prefeituras que não assinam as carteiras dos garis ou daqueles que são assalariados. Se eles são legisladores e defendem o INSS, como mantêm essa postura de contratar e de não assinar a carteira? Responderei à segunda pergunta e depois passamos a palavra ao Marcelo.

Primeiramente, é preciso fazer a denúncia no sindicato respectivo. Vá à associação, ao sindicato, à própria Associação de Aposentados e Pensionistas, ao Ministério Público e denuncie. Vá à própria Previdência para denunciar que essa prefeitura está em dívida com seus funcionários, como você fala muito bem aqui. O prefeito foi eleito. Conseqüentemente, com o voto popular, ele é o primeiro a desrespeitar a legislação. Como as pessoas vão trabalhar sem carteira assinada? Com certeza absoluta, após a denúncia feita à DRT – Delegacia Regional do Trabalho, a fiscalização deve ir à prefeitura, que será autuada e pagará muito mais do que se pagasse corretamente. Além de pagar todo o atrasado, a prefeitura deverá indenizar os trabalhadores corretamente, acertar as contas com o INSS e ainda será multada.

Se alguma prefeitura no Estado do Espírito Santo está em débito, deixarei agora um conselho: atualizem as suas contas, regulamentem a situação dos trabalhadores, garis ou não, assinem a carteira, paguem a Previdência, porque nós mesmos va-

mos encaminhar essa denúncia, que nos foi feita, ao Delegado Regional do Trabalho de Vitória.

O SR. MARCELO OLIVEIRA – Senador Paulo Paim, também queremos registrar, como acréscimo a essa resposta, que a Anfip já encaminhou aos Ministros Berzoini, Amir Lando e ao Ministro Romero Jucá, na primeira audiência que realizamos com S. Exª há uma semana, um projeto de lei para permitir que os sindicatos da categoria façam as denúncias. As empresas, as prefeituras ou qualquer órgão seriam obrigados a informar ao sindicato os seus trabalhadores. Caso o sindicato verificasse que há trabalhadores sem registro, ele poderia denunciar esse fato à Previdência.

"(...) O Governo vem com um discurso inverídico de que a Previdência está quebrada (...) O Governo tem de investir na máquina, investir na chamada empresa Previdência Social para melhorar a gestão, para trazer mais recursos para garantir os aumentos aos trabalhadores aposentados."

(...) Por que ocorre esse chamado déficit da Previdência? Porque o Governo não lê a Constituição da República. Ele pega os recursos vindos da folha de pagamento e os coloca do outro lado da balança e joga todos os gastos da Previdência, o que é certo, e também os gastos assistenciais, o que é totalmente errado, equivocado. Com isso, é lógico que falta dinheiro, e o Governo vem com um discurso inverídico de que a Previdência está quebrada. Fora isso, temos de acertar esse discurso e acertar também os graves problemas da Previdência, como disse, como fraude, sonegação. O Governo tem de investir na máquina, investir na chamada empresa Previdência Social para melhorar a gestão, para trazer mais recursos para garantir os aumentos aos trabalhadores aposentados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senhor Paulo Afonso Novaes Faria de Minas Gerais pergunta:

por que não propor a isenção do Imposto de Renda para os aposentados?

O Sr. Edison Guilherme Haubert – (...) nós, do Mosap, quando o projeto de reforma da Previdência tramitava na Câmara dos Deputados, tentamos junto ao relator José Pimentel, e ele, de imediato, rechaçou porque dizia que não teria condições, que o Ministério da Fazenda não aceitaria esse tipo de tratamento na reforma da Previdência. Fizemos o mesmo no Senado, também não obtivemos êxito. Mas é um dos nossos assuntos de conversa, quase que diária, de aposentados, de servidores públicos, por que não haver a isenção do Imposto de Renda para aposentado. Ora o Governo aplicou e conseguiu aprovar a contribuição que não tínhamos, agora, muito mais difícil, acreditamos, seja a isenção pura e simples do Imposto de Renda. Entretanto, achamos que esse é um assunto que devemos tentar trazer de volta para o nosso debate, para as nossas reuniões, para a nossa labuta, pelo menos, se não para todo mundo, para que aquelas pessoas com doenças, com problemas dos mais diversos matizes tenham a isenção do Imposto de Renda, como já tem a isenção quem tem doenças graves clausuladas em lei.

Então, é uma batalha que vamos tentar novamente e insistir.

(...)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agora o senhor Gilson Costa de Oliveira, Presidente da Asaprev, da Bahia e ex-Presidente da Cobap.

O Sr. Gilson Costa de Oliveira – (...) sempre ouvi, de tempos em tempos, os arautos da privatização falar sobre o rombo da Previdência, sobre a bomba-relógio que vai explodir. A Previdência Social tem 82 anos, nunca faltou um dia aos seus beneficiários. Por que o Governo não mostra claramente por meio de uma auditoria pública para que a população brasileira acabe com essa mentirosa notícia de um rombo inexistente?

O Sr. Marcelo Oliveira – (...) Privatização. Por que – já toquei nesse assunto – se esculhamba com a Previdência sem parar?

Competição de mercado. Como eu disse, em países pobres, em que o desemprego é algo comum, como é o caso do Brasil, a Previdência privada ganha muito mais. A previdência privada em países pobres como o Brasil, em que há mais desemprego, ganha mais por quê? Porque as pessoas que vão para a previdência privada, depois de pagarem por dez anos a determinado banco, perdem o emprego. Procuram emprego, mas, como têm mais de 45 anos, não vão encontrá-lo. Não encontram depois de um mês, seis meses ou um ano de busca. E o que fazem? Vão ter de sacar os seus recursos do banco. Quando o fazem, levam uma tungada, uma paulada de 30% a 50%. Então, em países pobres, o negócio de previdência privada perde em lucratividade só para o petróleo, tráfico de armas e de drogas. É o quarto negócio mais lucrativo existente neste mundo. É por isso que se busca ocupar esse espaço. É por isso que se busca desviar recursos. É por isso que se busca enfraquecer a Previdência Social pública.

Tenho certeza de que aqui, com parlamentares como o Senador Paulo Paim, com cidadãos como o Sr. João Lima e Édson, e com todos nós, agora mais conscientes, vamos construir o fortalecimento da Previdência. A *Folha de S. Paulo* publicou na segunda-feira uma matéria que corrobora tudo o que estamos dizendo aqui e ressalte-se ninguém, em nenhum Governo, nunca desmentiu esses dados, porque são uma obra só de sistematização. Ou seja, tomamos os números de dentro do Governo e copiamos para cá. Ninguém faz mágica. Não é ponto de vista ideológico, nem partidário.

Então, podemos ter certeza de que, com a conscientização dos trabalhadores, com a coleta de um milhão de assinaturas para projeto de lei, é assim que vamos construir o fortalecimento da Previdência Social.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com a palavra a Srª Ilda Rodrigues (SP) manifestando-se sempre em defesa dos aposentados e pensionistas.

A Srª Ilda Rodrigues – Saúdo V. Exª por ser sempre muito combativo em defesa dos aposentados. V. Exª foi praticamente o

responsável pela elaboração da PEC Paralela, que apresenta muita coisa boa. Mas gostaria de referir-me rapidamente ao problema do subteto. Muitos parlamentares ignoram que não só as carreiras jurídicas, os fiscais, os delegados e os procuradores são prejudicados pelo subteto do governador. Também nós, da educação, como da saúde e outras categorias, somos prejudicados. Podem perguntar: "Como? Educação ganha tão pouco que não vai chegar ao subsídio do governador!" Senador, vou expor rapidamente um exemplo que está acontecendo na nossa Associação. Esqueci-me de dizer que represento a Associação dos Professores Aposentados do Magistério Público do Estado de São Paulo e há aqui também outra Associação de Professores, a Associação de Supervisores do Estado de São Paulo. São servidores públicos cujas remunerações, embora baixas, somam-se às dos cônjuges falecidos. Então, somando a remuneração com a do cônjuge falecido, que era ou fiscal ou juiz ou procurador ou delegado ou alguma dessas carreiras que têm salários dignos, cuja soma ultrapassa a do subsídio do governador, quer sejam servidores em atividade, quer sejam aposentados. Ultrapassando a soma, eles estão sofrendo cortes no seu salário devido a soma da remuneração com a pensão sobrepujar a do subsídio do governador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É uma alegria receber o seu depoimento e dizer que concordamos. Mas vamos fazer uma consideração, a senhora está falando da PEC Paralela, naturalmente. A senhora esteve aqui com outras entidades, fizeram um belo movimento e nos ajudaram a aprovar a PEC Paralela.

O que acontece nesse caso? A Câmara colocou o art. 11. No art. 11, ela garantiu a advogados, procuradores, auditores e delegados de polícia o mesmo subteto chamado "dos procuradores", que é de 90,25% do Ministro do Supremo. Quando fizemos o acordo no Senado não havia essa emenda específica. Tínhamos assegurado simplesmente, para cada Estado, via assembléia legislativa, o direito de fazer uma emenda constitucional assegurando o subteto único.

O Rio Grande do Sul, por exemplo, já fez isso. Então, essa emenda que é aprovada na Câmara não terá impacto nenhum no Rio Grande do Sul porque a emenda feita no Rio Grande assegurou a sua preocupação. Então, o que nós estaríamos recomendando? O impasse está criado agora. Acho que as categorias – e a senhora lembrou muito bem – que não estão contempladas no art. 11 querem ser contempladas.

Se colocarmos todas as categorias que não foram contempladas, o medo é o de que a PEC Paralela volte para a Câmara. Está aqui, casualmente, um Deputado Federal que nos ajudou muito, que é o Wilson Cignachi, do meu Rio Grande do Sul também e, tenho certeza, se pudesse nos daria um depoimento, mas devido ao tempo que é muito pouco, vai dizer que o medo é o de que, se voltar tudo para a Câmara, vai dar o efeito pingue-pongue e não teremos, nunca mais, aprovada a PEC Paralela.

A Srª Ilda Rodrigues – Senador, tem um porém. Quando foi do Senado para a Câmara, quem não estava contemplado, como os fiscais e delegados, eles trataram de evitar o pingue-pongue e quiseram ser contemplados. Então, temos uma emenda que dá um único teto, assim como um único teto para os três poderes, deixamos uma emenda na Câmara que não foi aprovada e deixamos uma no Senado, determinando um único subteto para os Estados e Municípios, que seria a justiça, porque senão há uma antiisonomia, Senador.

O art. 37, XII, diz que os vencimentos pagos pelo Poder Executivo e pelo Poder Judiciário não podem ser superiores aos do Poder Legislativo. Não é obedecida, mas está lá. O art. 5º no princípio da isonomia em que todos são iguais perante a lei. Por que umas carreiras são menos importantes do que outras? Por que educação e saúde, por exemplo, são menos importantes do que as carreiras judiciárias?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Deixe-me lhe explicar. (...) Fiz uma audiência pública, vamos fazer na CCJ outra audiência pública para tentar resolver o impasse ora criado mediante essa emenda aprovada na Câmara. Não tenho dúvida

alguma quanto a sua alegação. Temos de construir esse entendimento, porque se não o construirmos – a senhora foi muito feliz quando disse que se criou diferenças entre categorias, uns estão contemplados, outros não estão e o perigo é o efeito pingue-pongue e o Senador dizer "não, tudo bem, volta tudo para a Câmara". Chega lá, outros colocam outras coisas que não o subteto, mas em que se vão sentir contemplados, por exemplo, as pensionistas e, aí, podemos cair num caminho sem fim. Esse é o temor. Mas fica aqui acertado: a senhora tem o meu *e-mail*, vamos convidá-la para participar de uma audiência pública, e vamos tentar construir uma saída que contemple a todos. (...)

Agora aqui no nosso auditório a pergunta é do Trajano Barros Cavalcante, Presidente da União de Aposentados e Pensionistas. Ele pergunta para a Cobap: gostaria de saber o que foi decidido na audiência realizada com o Ministro da Previdência e com o Presidente da República em exercício, o ex-Senador José Alencar – que nos recebeu hoje –, mais especificamente no que se refere ao aumento do benefício, se vai ser ou não de 15.52, como foi dado ao salário mínimo.

O Sr. João Lima Resende – (...) Foi entregue o documento ao Ministro da Previdência e ele se comprometeu a falar com o Palácio do Planalto, a falar com a Fazenda e com o Planejamento, e na próxima semana ele vai chamar a Confederação para dizer o resultado disso, se ele vai apoiar ou não. A mesma coisa com o Presidente da República.

"O documento é um só, porque estamos atrás de reajuste igual."

O documento é um só, porque estamos atrás de reajuste igual. Foi dado ao salário mínimo. O Presidente da República também pediu que a Cobap levasse os técnicos. Vai ser justamente a Anfip que nós vamos levar. Ele vai marcar o dia da próxima semana para apresentarmos todos esses documentos, e se comprometeu, se esses números estiverem certos, a falar com o Presi-

dente da República, com o Lula, para que conceda esse mesmo aumento. (...)

E ao Presidente da Câmara também entreguei o mesmo documento, e ele disse que tinha certeza que seria dado o mesmo valor que foi dado ao salário mínimo; ele disse que tinha certeza de que os deputados e os senadores iriam dar o mesmo valor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A pergunta agora é do Senhor Benildo Barreto Ferreira, Presidente da Federação dos Aposentados do Paraná.

O Sr. Benildo Barreto Ferreira – Sr. Presidente Paulo Paim, nós, aqui, no Paraná, estamos decepcionados com os rumos que tomou a Previdência Social, e queremos deixar aqui que essa decepção nossa vai ao encontro das de todos os companheiros que estão aí, representando os seus estados. Estamos observando uma coisa que nos deixa tristes e apreensivos. Há uma troca de ministros constante. Trocam-se ministros muito rapidamente, e a nossa situação é resolvida vagarosamente.

Então, eu queria perguntar ao Senador se já não está na hora de se tornar efetiva a participação do trabalhador na gestão da Previdência Social.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meu amigo Benildo Barreto Ferreira, aí do Paraná, a sua pergunta é totalmente procedente, ela é dirigida a nós e tem o nosso total apoio. Não temos dúvida alguma de que é o momento de a gestão da Previdência ser quadripartite: empregado, empregador, o Estado e os aposentados.

Os aposentados são aqueles que, ao longo de sua vida, trabalharam para que a Previdência desse certo; empregado e empregador, porque contribuem; e o Estado, que também deve contribuir e não deve desviar, como, infelizmente, vem acontecendo.

Então, queremos te dizer que, de nossa parte, pode ter certeza, e desse plenário, pelas perguntas que aqui fez e pelas palmas que bateu, quando você questionou sobre esse assunto, houve a demonstração de que, mais do que nunca, devemos, e

sei que essa é a posição da Anfip, do João Lima, e também da Cobap, e do Cignachi, que está nos acompanhando nesta audiência, pressionar o Governo para que, efetivamente, a gestão da Previdência seja quadripartite (...).

(...)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agora a pergunta é do Sr. Gilmar Soares Viana, Presidente da Associação de Aposentados de Abreu Lima, Pernambuco. Pergunta ele: "Qual é a dificuldade de mais deputados e senadores se integrarem nessa luta em favor dos direitos dos aposentados e pensionistas?" "Porque" – diz ele aqui – "o Brasil só conhece dois: o Senador Paulo Paim e o Deputado Faria de Sá". Agora, três, com o Deputado Cignachi (...).

Diríamos o seguinte: cremos que é importante aproveitar este momento, em nível nacional. Cheguei a Senador da República; por quatro vezes, fui Deputado Federal; por duas vezes, o mais votado do meu Estado, Rio Grande do Sul, porque trabalhamos muito com os aposentados e pensionistas. É importante que os deputados e senadores entendam a força política que são os nossos aposentados e pensionistas. Se eles entenderem isso, irão muito além de deputado, senador, poderão ser governadores.

(...)

Portanto, seria muito bom se, dentro do possível, houvesse eventos nos estados e convidássemos todos os deputados, de todos os partidos. Deputado estadual, federal, o próprio governador e vice, para que venham e dêem a sua posição. Não em relação ao PLS nº 58, que fui eu que apresentei, mas que dêem a sua posição se são a favor ou não a que o aposentado ganhe o mesmo percentual que o salário mínimo. Só isso. E os convidem a assinarem a Frente Parlamentar em defesa dos aposentados e pensionistas. Se assinarem, terão o nosso voto e o nosso apoio. Aqueles que não assinarem, sinto muito, mas não têm de ter nem o nosso voto nem o nosso apoio.

A vida é assim, não é só apanhar e ficar sempre dizendo sim, amém. Nem da família, porque foi bem lembrado aqui: o apo-

sentado repercute no voto de no mínimo cinco, seis membros da família. E a família repercute nos amigos. Portanto, a força política dos aposentados é muito grande. Falamos por experiência própria e não nos arrependemos um minuto na vida de ter caminhado com os senhores, pois, se hoje sou Senador, devo muito aos senhores. Agora passamos para a próxima pergunta do senhor Adão José, do Rio Grande do Sul.

O Sr. Adão José – (...) desde 2003, solicitamos, em várias reuniões de que participamos, que V. Exª solicitasse que o TCU fizesse uma auditoria nas contas da Previdência, para detectar os devedores. Pergunto: essa auditoria foi feita e foram detectados também os órgãos públicos devedores da Previdência? Se esses órgãos fossem detectados ou foram detectados, por que essas empresas hoje, rendendo lucros, órgãos públicos, não devolvem esse dinheiro aos cofres da Previdência, já que esse dinheiro não é de orçamento, é propriedade dos aposentados, que contribuíram compulsoriamente?

(...)

"Temos um estudo, feito ainda por ex-diretores do BNDES, que diz que a dívida do País com a nossa Previdência ultrapassa R$500 bilhões (...) Mais de R$500 bilhões já foram desviados, infelizmente, da nossa Seguridade Social."

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – De fato, conseguimos, já na Câmara dos Deputados, nem foi preciso vir ao Senado. Fizemos a solicitação à Cobap, que encaminhou; aproveitamos nas comissões de previdência, seguridade, trabalho e serviço público e na de fiscalização, e foi ao TCU, que já fez essa auditoria e comprovou que efetivamente a Previdência não é deficitária: tem recursos, que são desviados. Tudo isso já encaminhamos ao Ministério Público e cobramos dos Governos, para que efetivamente aplicassem, exatamente na linha que V. Sª disse muito bem.

Aqui no Senado, entramos com outro pedido, o de auditoria

pública, que já tramitou na Casa e, no momento, está no Tribunal de Contas. Esperamos que, o mais rápido possível, venha a resposta final e que todos os devedores da Previdência paguem.

Temos um estudo, feito ainda por ex-diretores do BNDES, que diz que a dívida do País com a nossa Previdência ultrapassa R$500 bilhões. João Lima apresentou aqui um estudo recente da Anfip, que mostra que foram desviados, só nos últimos cinco anos, R$160 bilhões, o que confirma que temos razão. Mais de R$500 bilhões já foram desviados, infelizmente, da nossa Seguridade Social. Não precisaria repetir todos aqueles dados que V. Sªs conhecem – Transamazônica, Volta Redonda, ponte Rio–Niterói. E, como disse João Lima, seguidamente chegam aqui propostas de "destinem-se, dos recursos da Seguridade, tantos bilhões para o Judiciário, tantos bilhões para o Legislativo, tantos bilhões para Ministérios do Executivo, que não têm nada a ver com a Seguridade".

Então, V. Sª está cercado de razão. Só vamos esperar que a nossa Justiça seja mais ágil e comece a responder a esses questionamentos. Agora, há mais uma pergunta da senhora Maria Clara, de São Paulo.

"Apoiamos a sua luta e gostaríamos de seu compromisso, Senador, para que a retroatividade a 2003 da PEC Paralela fosse mantida, a paridade e a integralidade, porque, principalmente os servidores que se aposentaram nesse interregno estão vivendo num limbo e sofrendo demais."

A Srª Maria Clara – Maria Clara, Presidente do Sindicato de Supervisores do Magistério no Estado de São Paulo. Nosso Sindicato, em nenhum momento, gostaria que a PEC Paralela se transformasse em um pingue-pongue. Acreditamos no acordo de cavalheiros firmado entre Governo e Senado, em 2003. Apoiamos a sua luta e gostaríamos de seu compromisso, Senador, para que a retroatividade a 2003 da PEC Paralela fosse

mantida, a paridade e a integralidade, porque, principalmente os servidores que se aposentaram nesse interregno estão vivendo num limbo e sofrendo demais.

Cumprimentando-o, gostaríamos que a PEC Paralela realmente fosse como a Hilda falou, construída em um acordo em relação ao subteto, que não nos prejudique, mas não queremos, de forma alguma, o pingue-pongue.

(...)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concordamos integralmente com a senhora. O medo do efeito pingue-pongue é de todos nós. Agora vamos assegurar um minuto para o Senhor Antonio Ferreira de São Paulo.

O Sr. Antonio Ferreira – É um prazer falar com o senhor. Sou Diretor da União dos Aposentados de Transportes de São Paulo. Eu queria fazer uma pergunta para o senhor. Falam tanto no déficit da Previdência Social, por que não fazem esses grandes devedores da Previdência pagarem o que devem, nem que seja na cadeia? E por meio disso, pagar, fazer a revisão desses aposentados que tanto necessitam? Tem aposentado que a gente bem sabe que já está no fim da sua vida e perdendo a esperança porque não sai, não sai, não sai. Por que não se faz isso, Senador?

(...)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – (...) Efetivamente, você tem razão, não tem déficit algum na Previdência, nós temos de assegurar o que eu chamaria até um encontro de contas se quiserem. Vamos ver tudo que o empregado pagou, que o empregador pagou, vamos ver aquele empregador que não pagou e quanto os Governos desviaram. Vamos ver quem está com a razão. Então não tem déficit; nós continuamos insistindo. Você tem razão pela sua indignação, de que essa novela termine, e que, efetivamente se garanta o reajuste decente ao aposentado.

Agora a pergunta do nosso companheiro José Rodrigues de Souza. É para a Cobap. Haverá revisão salarial para quem colocou na Justiça? O Brasil todo tem interesse em saber. É aquela história das

opções, não é?

O Sr. João Lima Resende – Quem entrou na Justiça foi justamente para fazer a correção dos valores em defasagem. É o caso de 1994 a 1997, que a própria Cobap discutiu com o Governo e não assinou aquele acordo de que os aposentados de 1994 a 1997, aqueles que ganham menos de R$20 mil, que entrassem na Justiça Comum. Dentro de pouco tempo, oito meses a um ano, ele estaria recebendo. Aqueles que têm mais R$40 mil, R$50 mil, eles entrassem na Justiça Comum, que está levando, em média, um ano e meio a dois anos.

Assinando o acordo, você não recebe nada e vai receber em oito anos. Então por isso a Cobap recomendou a seus associados e também informando ao restante dos aposentados do País que não aderissem a esse acordo do Governo, porque ele é um absurdo. O cidadão que tenha R$10 mil vai receber R$3 mil. Isso não é acordo. Isso é um assalto na mão do aposentado. A Cobap não assinou esse acordo, e recomendamos que entre na Justiça. Nós ontem mesmo pagamos três ou quatro aposentados aqui de Brasília, que receberam dentro de seis meses e receberam o seu dinheiro integral e também feita a reposição nos seus benefícios. Essa é a nossa grande luta. Não é nem quem tem o que para receber, mas melhorar a sua aposentadoria mês a mês. Essa é a recomendação, e esses que estão entrando já estão recebendo esses aumentos no seu próprio salário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – (…) Passamos a palavra para um convidado da platéia.

O Sr. (orador não identificado) – Vou ser menos protocolar. É um prazer imenso estar aqui. É a primeira vez que venho a Brasília, a um evento como este de aposentados. Sou da Associação dos Aposentados Eletricitários da Cemig, de Minas Gerais. Diante de tudo que foi abordado aqui, estou confuso, mas o senhor poderia me responder.

Temos uma Carta Magna, ou seja, a Lei Maior do País, que chama Constituição. Essa Constituição é simplesmente atropelada, massacrada, diante dos direitos constitucionais, especifica-

mente hoje aqui discutidos, dos aposentados.

Jamais, a agressão que estamos sofrendo, moral e espiritualmente... O povo que construiu, inclusive, esta Brasília, que proporciona as grandes mordomias e corrupção a muitos políticos... Hoje, viemos de joelhos suplicar justiça, e justiça não se suplica, mas se faz.

Gostaria de perguntar o porquê desse desrespeito com a Lei Magna da Nação?

O Sr. (orador não identificado) – (...) No ano passado, houve aquelas filas enormes de pessoas querendo receber a diferença do INSS. E o que é que deu? Ficou por isso mesmo, ou se é de 94 para 97, como disse o senhor ali.

(...)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – (...) passo o microfone para o senhor Francisco Pedro.

O Sr. Francisco Pedro – (...) Sou da Associação de Congonhas da Asapec. Somos da classe mais mineradora que existe no Estado de Minas e somos muito questionados na cidade onde moro com relação a essas defasagens de salário.

Eu, pelo menos, trabalhei 31 anos em uma firma e me aposentei integralmente. Aposentei com dez salários mínimos e eles me tiraram dois. Desses oito, já estou recebendo cinco.

Como ficarão essas defasagens? Até quando essa Previdência vai nos pagar?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, essa é uma pergunta que, temos certeza, como todas as aqui feitas, o Brasil todo gostaria de saber, por isso a Mesa irá responder. Passamos a palavra para o Deputado Cignachi.

O Sr. Wilson Cignachi (PMDB – RS) – (...)

Estou integrado, quero ajudar e trabalhar sobre essa proposta do PL nº 158, porque entendo que os que estão aqui, o João Lima, o Marcelo e o Édison estão aqui liderando movimentos e presidentes de entidades que precisam ter apoio.

Eu não agüento mais as reclamações na base sobre a falta de

reajuste das aposentadorias. É impressionante o exemplo que foi colocado aqui: a pessoa se aposentou com dez salários, está com oito, foi para sete, cinco. Agora, a previsão de reajuste, Senador Paulo Paim, é de que quem receber mais de um salário mínimo poderá receber apenas o reajuste de 6%.

Isso é um crime. Estão matando os nossos aposentados!

É questão de tempo. Se continuarmos assim, vamos assistir à morte dos nossos aposentados, especialmente daqueles que contribuíram, daqueles que têm direito, Senador Paulo Paim. Se eu contribui, tenho o direito de receber. Se não contribuí, a Constituição brasileira garante um salário mínimo a toda pessoa de idade. Não é o que estamos discutindo. O importante é termos essa oportunidade.

Não quero tomar-lhes o tempo. Quero agradecer a oportunidade e dizer ao Senador Paulo Paim e aos senadores que aqui estão que estou entrando nessa luta. Quero estar presente em todos os movimentos. Quero ajudar, com meu voto e da tribuna da Câmara Federal. (...)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra para o Senhor Edison Guilherme Haubert.

O Sr. Edison Guilherme Haubert – (...) Digo ao Senador que, realmente, esse movimento, esta videoaudiência, é muito importante. Quero dizer ao Marchesi, da Unicamp, e a todos os demais que aqui estão, que nossa luta deve se rejuvenescer, se fortalecer, para que nossas ações não esmoreçam. Os aposentados e pensionistas já contribuíram com R$410 milhões no ano passado. Não sabemos para onde esse dinheiro foi, se foi bem aplicado ou não. Temos de, realmente, fazer essa conta de chegada, como disse o Senador Paulo Paim. Estamos animados. Digo ao Marcelo, ao João Lima, também ao deputado e a todos vocês do Mosap, que jamais vamos esmorecer em nossa luta, seja por meio da nossa direção ou de outras direções que vieram para o Mosap. O Mosap jamais vai morrer. Nossas lutas são necessárias. Temos ainda muito por que trabalhar. Queremos resgatar, por meio de outra proposta, a Constituição, a não-contribuição. Queremos avançar

em direitos que, até agora, conseguimos manter. Como disse a Professora Ilda, de São Paulo, também consta da Constituição a segurança.

Quero parabenizar todos vocês e o Senador Paulo Paim, agradecer pela gentileza do convite e dizer que estamos todos, mais do que nunca, irmanados nessa luta. Temos a certeza de que a PEC Paralela, aqui no Senado, será votada para que tenhamos a sanção daqueles pontos consensuais o mais rápido possível. E, quanto aos demais pontos que não forem possíveis, vamos lutar para que outras PEC também andem aqui no Congresso Nacional. (...)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra ao companheiro Marcelo, da Anfip.

O *Sr. Marcelo Oliveira* – Rapidamente, gostaria de dizer que essa questão judicial é terrível. Também temos pleito parado. Dói muito quando vários colegas que ajudaram a construir a história da Previdência falecem sem ter essa gratificação. Temos o Estatuto do Idoso, que garante a preferência dos processos judiciais aos idosos com mais de 60 anos. Temos a recente Emenda Constitucional nº 45, que reformou o Poder Judiciário, que também garante atendimento preferencial na Justiça e que também não é cumprida. Temos de cobrar.

O colega mineiro ali falou muito bem que a Carta Magna, no nosso País, infelizmente, não é obedecida, não é respeitada como deveria. Por quê? Porque cabe a nós, eleitores, junto a vocês, aposentados, fazermos com que seja cumprida. E, para isso, contamos aqui com a Cobap, representando os trabalhadores, com o Mosap, representando os servidores do regime geral, que podem liderar vocês para fazerem valer aqui em Brasília os seus direitos. É isso que vocês têm de buscar.

A Anfip é uma entidade de 55 anos. Parabenizamos o Senador Paim, o Mosap e a Cobap, pela realização do evento. Para nós, auditores e fiscais da Previdência Social, é uma honra e um orgulho imensos representar a defesa dos cofres da Previdência Social. Isso nos fortalece e só nos faz crescer. (...)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agora, o nosso Presidente da Cobap, João Lima, com as palavras de considerações finais.

O Sr. João Lima Resende – Primeiro, gostaria de agradecer a todos vocês, aposentados, dirigentes, que se deslocaram para Brasília, para juntos mostrarmos e demonstrarmos a toda a sociedade brasileira o que está acontecendo com a Previdência e com a assistência social nesse sentido e na parte política.

Em relação ao que um companheiro perguntou sobre o que fazer com os deputados e com os senadores, diria que o papel da Cobap foi feito. Visitou os 513 deputados e os 81 senadores e entregou esse documento. Os presidentes de Federações de Entidades de Bases têm de fazer esse trabalho na base, visitar todos esses deputados federais e esses senadores e mostrar para impressionar a sociedade.

Então, só tenho a agradecer a todos vocês. Fico muito feliz por isso. Foi notável este nosso encontro aqui. Se o Governo não atender as nossas necessidades, vamos fazer um, dois, dez, até que atendam isso.

(...)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus amigos e minhas amigas do Brasil, gostaria de agradecer aqui, de forma respeitosa, com as homenagens que merecem, a todos que participaram da Mesa. Ao Deputado Wilson, que veio aqui; ao nosso Edison, Presidente do Mosap, pelas suas posições muito claras e firmes em defesa dos aposentados da área pública e da área privada; ao Marcelo, da Anfip, que já é um patrimônio, diria, da classe trabalhadora deste País por tudo o que representa; ao João Lima, essa liderança, que tenho acompanhado há muito tempo e que esteve lá no Rio Grande do Sul, onde se expôs, na certeza de que era importante caminharmos juntos na Câmara e também no Senado. Em relação aos mais de quatro mil que estiveram aqui, com muito carinho e respeito, se pudesse, daria um abraço em cada um. Infelizmente não pude, mas

que vocês transmitam a eles esses nossos compromissos com essa caminhada, que é muito, muito bonita. Não a caminhada do Senador Paim, mas a caminhada de vocês. Porque, se este País existe e chegou até aqui, é porque vocês, ao longo de suas vidas, trabalharam, produziram e fizeram isso acontecer. Vocês aqui é que têm que ser homenageados. Vocês, que eu sei, se deslocaram de seus estados de ônibus, muitos viajaram 12, 30, 40 horas e vieram aqui para (...) demonstrar ao Brasil que vocês não estão quietos, que não aceitam o tratamento que hoje infelizmente está sendo dado em matéria de reajuste dos aposentados, que vem se repetindo já há algumas décadas.

"(...) Demonstrar ao Brasil que vocês não estão quietos, que não aceitam o tratamento que hoje infelizmente está sendo dado em matéria de reajuste dos aposentados, que vem se repetindo já há algumas décadas."

João Lima, se me permitir, quero com essa proposta terminar, dizendo que fizemos, há quatro anos, aquele grande evento, sob a coordenação da Cobap e do Mosap aqui, em Brasília. Foram mais de mil líderes. Que eles fiquem sabendo que, ao final deste ano ou no início do ano que vem, vamos fazer o mesmo evento. Vamos colocar aqui dois mil, três mil, num grande encontro nacional, e ali vamos tirar o nome de quem iremos apoiar para deputado estadual, para deputado federal, para governador e para presidente, porque não dá para sermos chamados somente para carregar o piano. Quando o piano está na sala, a elite vem, toca, e nós ficamos do lado de fora a olhar.

Os aposentados e pensionistas, como aqui foi dito, construíram, inclusive, este Congresso, porque foi o dinheiro da Previdência que contribuiu para isso, que construiu o Palácio onde está o Presidente da República, que construiu as estruturas do próprio Judiciário. E por que existe dinheiro para tudo e só não existe para os aposentados? É hora de aprendermos também a dizer não. Seremos amigos dos nossos amigos. Seremos compa-

nheiros dos nossos companheiros. Estaremos politicamente, independentemente da questão partidária, do lado daqueles que firmarem e provarem que têm compromisso conosco. Aqueles que falarem, mas, na hora "H", não estiverem do nosso lado, não esperem também o nosso apoio, o nosso voto lá na urna.

Viva aos idosos, aos aposentados, aos jovens! Porque vocês que estão aqui são muito jovens; senão não estariam nessa luta permanente. Meus jovens amigos, homens e mulheres, de cabelos brancos ou não, parabéns! Viva a Cobap! Viva aos aposentados! Viva o Brasil! Este País pode dar certo!

Conclusão

Os debates da tarde do dia 14 de abril reafirmam o que muitos de nós já sabemos: há décadas os aposentados e pensionistas brasileiros vêm sofrendo perdas salariais. Seja por políticas equivocadas ou por desvios de verbas da Seguridade Social para outros fins, o fato é que isso não pode continuar acontecendo. Além de ser uma injustiça, é uma falta de respeito com milhões de cidadãos que trabalharam por nosso País.

Não podemos deixar de citar que neste ano o salário mínimo tem o valor de R$300. Um reajuste de 15,38% comparado ao valor anterior. Infelizmente, os benefícios de nossos aposentados e pensionistas não receberam o mesmo percentual de reajuste. A esses cidadãos foi concedido menos da metade. O maior reajuste será de 6,35%, índice que repõe apenas a inflação.

Os aposentados e pensionistas de nosso País devem estar se perguntando: não há formas de recebermos o mesmo aumento dado ao mínimo? A resposta é positiva. Sim, há condições. Basta que o dinheiro da Seguridade Social, por exemplo, não seja destinado para o superávit primário. De acordo com a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência (ANFIP), nos últimos cinco anos, foram R$165 bilhões.

Existe uma polêmica quanto ao fato de a Seguridade, especialmente a Previdência, ter ou não superávit. Por que então não fazermos uma audiência pública para, de uma vez por todas, desmistificarmos o chamado "déficit da Previdência"? Por que não garantirmos uma administração quadripartite (empregados, empregadores, aposentados e Governo) para a Previdência? Se

adotássemos uma gestão assim que tivesse poder deliberativo, teríamos muito mais receita que despesas e asseguraríamos um reajuste decente para os benefícios de aposentados e pensionistas.

O poder aquisitivo das aposentadorias e pensões precisa ser recomposto. Se isso não for feito, em cerca de dez anos, esses cidadãos estarão recebendo apenas o equivalente a um salário mínimo. Fato injusto com aqueles que passaram a vida dedicando-se ao País. Lutamos no Congresso para aprovarmos o PLS nº 58/03, que objetiva exatamente isso: recompor o poder aquisitivo das aposentadorias e pensões mantidas pela Previdência Social, assim como as pagas pela União aos seus inativos e pensionistas.

A matéria, apoiada pelas entidades que representam a categoria, propõe a atualização dos valores desses benefícios, de forma a restabelecer a relação que possuíam com o valor do salário mínimo, quando de sua concessão. Nosso critério é a equivalência em número de salários mínimos que as aposentadorias e pensões possuíam quando foram concedidas.

Buscamos ainda instalar a Comissão Mista para análise de uma política permanente para o salário mínimo. Nosso objetivo é incluir em uma proposta assim item que determine que o mesmo percentual de reajuste dado ao mínimo seja concedido às aposentadorias e pensões.

É uma batalha árdua, mas não podemos deixá-la para trás. Precisamos nos mobilizar cada vez mais. Precisamos pressionar os poderes constituídos para que uma solução seja encontrada o mais breve possível. O Brasil não pode se esquecer de que envelhece. Nosso presente está nas mãos dos jovens. Devemos nos questionar: que futuro deixaremos aos nossos idosos?

SENADOR PAULO PAIM (PT – RS)
Presidente da Subcomissão do Trabalho e Previdência

PROJETOS DO SENADOR PAULO PAIM QUE VISAM REAVER UM REAJUSTE DE APOSENTADORIAS E CONCEDER UM VALOR DIGNO PARA O SALÁRIO MÍNIMO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 58, DE 2003

Dispõe sobre a atualização das aposentadorias e pensões pagas pela Previdência Social aos seus segurados e, pela União, aos seus inativos e pensionistas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As aposentadorias e pensões que vêm sendo pagas pela Previdência Social, aos seus segurados, e pela União, aos seus inativos e pensionistas, até a data da publicação desta lei, terão seus valores atualizados de modo que seja restabelecido o poder aquisitivo, considerando-se o número de salários mínimos que representavam na data de sua concessão.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O presente projeto de lei tem por objetivo recompor o poder aquisitivo das aposentadorias e pensões mantidas pela Previdência Social, como também das pagas pela União aos seus inativos e pensionistas.

Para tanto, propõe-se a atualização dos valores desses benefícios, de forma a restabelecer a relação que possuíam com o valor do salário mínimo, quando de sua concessão.

A medida reveste-se da maior importância, visto que tanto os benefícios contemplados com a revisão prevista no art. 58,

do ADCT, da Constituição Federal, quanto os concedidos após 1988 já sofreram tamanha deterioração em seus valores reais que urge sejam tomadas providências no sentido de recuperar seu poder de compra. Para tanto, o critério não poderia ser diferente daquele consagrado na Constituição Federal, ou seja, a equivalência em números de salários mínimos que as aposentadorias e pensões possuíam quando foram concedidas.

Diante, pois, da relevância da matéria e de seu elevado conteúdo de justiça social, esperamos contar com o apoio dos ilustres pares para garantir a sua aprovação.

Sala das Sessões, de de 2003. – Senador *Paulo Paim*.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 200, DE 2004

Dispõe sobre o reajuste do valor do salário mínimo estipulado no art. 7º, IV, da Constituição Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A partir de 1º de maio de 2005, o salário mínimo será de R$300,00 (trezentos reais), mais o aumento adicional correspondente ao dobro da variação real positiva do Produto Interno Bruto (PIB) verificada no ano imediatamente anterior.

Art. 2º A partir de 1º de maio de 2006, o valor do salário mínimo observará critérios de reajuste que preservem o seu valor real, sendo-lhe também garantida a concessão de aumento adicional.

§ 1º O aumento adicional estipulado no *caput* corresponderá ao dobro da variação real positiva do Produto Interno Bruto (PIB) verificada no ano imediatamente anterior.

§ 2º Em caso de variação nula ou negativa do PIB, não será concedido o aumento adicional.

§ 3º É assegurado aos benefícios mantidos pela Previdência Social o mesmo reajuste estipulado no *caput* e art. 1º desta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O salário mínimo completou 63 anos em julho de 2003. Sua trajetória, ao longo desse período, foi bastante conturbada, repleta de altos e baixos, em especial nos últimos 21 anos. Ademais, passou a representar variável crucial na condução da política econômica do Governo. Mas algo não mudou durante todos es-

ses anos: sua importância para o bem-estar dos trabalhadores brasileiros, especialmente nas regiões menos desenvolvidas do País.

É inegável o baixo valor atual do salário mínimo. Mas todos os anos a discussão é a mesma: aumento do salário mínimo *versus* equilíbrio fiscal. Ou seja, o salário mínimo, ao constituir o piso dos benefícios do INSS, representa hoje variável-chave para ocorrência ou não de equilíbrio do sistema previdenciário. Isso porque quase 70% dos benefícios previdenciários equivalem ao salário mínimo. Resultado: a correção do piso nacional de salários fica sempre muito aquém do desejado.

Com efeito, a política de salário mínimo, em anos recentes, tem sido refém de uma contradição crucial. Por um lado, a estratégia de conferir ganhos reais ao poder de compra do salário mínimo, com o objetivo de melhorar a distribuição de renda e reduzir a pobreza, implica aumento do déficit público. Por outro, a estratégia de apenas preservar o valor real, com vistas a não prejudicar o controle das finanças do Estado, implica prescindir de uma política ativa de salário mínimo como instrumento de redistribuição de renda e redução da pobreza.

Como sair do impasse sem prejudicar os aposentados e pensionistas e os trabalhadores ativos que percebem menores remunerações? O simples rompimento da vinculação entre salário mínimo e previdência social iria contra o interesse de milhões de idosos e pensionistas, na medida em que poderia implicar a defasagem do valor real dos benefícios ao longo do tempo. Ao mesmo tempo, deve-se considerar que, sendo a Previdência um seguro social de caráter contributivo, o benefício deve ser proporcional ao aporte de contribuições recolhidas pelo segurado. Assim, a concessão de aumento real para os benefícios só poderia ocorrer se precedida de elevação real de suas contribuições pretéritas. Como isso não ocorre, fica evidente a incorreção da atual sistemática.

A presente proposição visa dar uma resposta à indagação anterior. Constitui uma política de salário mínimo que possibilita a concessão de aumentos reais aos salários dos trabalhadores ativos sem prejudicar os idosos e pensionistas e sem comprometer o equilíbrio financeiro da Previdência Social. A idéia é manter o

vínculo entre Previdência e salário mínimo e garantir a este último o reajustamento anual, de forma a preservar, permanentemente, seu valor real. Com isso, fica também garantida a atualização automática dos valores mínimos dos benefícios previdenciários.

Ademais, além da garantia de correção anual, é objeto de uma política de aumentos reais gradativos correspondentes à variação real do PIB verificada no ano anterior. Tal política, vale sublinhar, não representa a concessão de aumentos anuais expressivos, conforme pode ser verificado pela trajetória do PIB apresentada na tabela a seguir. Além disso, é absolutamente compatível com o desempenho da economia brasileira e, conseqüentemente, com as possibilidades econômicas do País.

Produto Interno Bruto (PIB) variação real anual	
Ano	**%**
1990	-
1991	1,03
1992	-0,54
1993	4,92
1994	5,85
1995	4,22
1996	2,66
1997	3,27
1998	0,13
1999	0,79
2000	4,36
2001	1,42
2002	1,50

Em vista dessas considerações, fica claro o alcance social do projeto de lei ora oferecido à apreciação dos nobres colegas.

Sala das Sessões, – Senador *Paulo Paim*.

CONTATOS COM O GABINETE DO SENADOR PAULO PAIM

Brasília – DF
Endereço: Praça dos Três Poderes
Senado Federal
Anexo I – 22º andar – sala 4
CEP: (61) 3311-5232
Fax: (61) 33115235
e-mail: *paulopaim@senado.gov.br*
Home page: *www.senado.gov.br/paulopaim*

Rio Grande do Sul
Endereço: Av. Guilherme Schell, 6922 – Centro
CEP 92310-001 – Canoas – RS
Telefone: (51) 472-5979
e-mail: *paulopaim@plugin.com.br*